



Mestrado em
Desenvolvimento e Cooperação Internacional

Trabalho Final de Mestrado
Dissertação

A indústria do vinho de Portugal e sua contribuição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, o caso do Grupo Sogrape

Túlio Henrique Torres Teixeira

Outubro - 2022



Mestrado em
Desenvolvimento e Cooperação Internacional

Trabalho Final de Mestrado
Dissertação

A INDÚSTRIA DO VINHO DE PORTUGAL E SUA
CONTRIBUIÇÃO PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS, O CASO DO
GRUPO SOGRAPE

Por Túlio Henrique Torres Teixeira

Orientação: Professor Manuel Francisco Pacheco Coelho

Outubro - 2022

Agradecimentos

Agradeço à minha família pelo incentivo na concretização deste feito, sem seus valores, não seria possível ter chegado até aqui. À minha mãe pela sintonia e amor incondicional, ao meu pai pela resiliência e compaixão, aos meus irmãos pelo exemplo e admiração e à minha afilhada, razão de minha emoção ao escrever estes agradecimentos.

Também à minha família portuguesa, que me abraçou em momentos de aflição, medo e incertezas. Foi durante o período de pandemia Covid-19 que tudo isso se desenrolou. Em especial ao Professor Orientador deste trabalho, Sr. Manuel Francisco Pacheco Coelho pela paciência, disponibilidade e direcionamento neste trabalho. Ao meu amigo irmão, João Paulo, pela simplicidade e companheirismo ao longo destes dois anos em Portugal.

Agradeço a Deus e ao universo por ter conspirado à favor e a todos que de certa forma torceram para esta conquista.

Meus sinceros agradecimentos.

Resumo

O setor vitivinícola português, tem grande destaque pelo valor económico que proporciona e pelo papel social que representa, enriquece a cultura e história de Portugal. Mesmo o país sendo de pequena dimensão territorial, configura-se entre os principais produtores e consumidores de vinho pelo mundo. Enquadra-se na categoria de produtores do velho mundo, com técnicas milenares de aperfeiçoamento no processo produtivo. Ao mesmo tempo desperta a atenção para as pressões ambientais que as empresas, principalmente do ramo da agricultura vem sofrendo nos últimos anos. O conceito de desenvolvimento sustentável foi aprimorado ao longo dos anos, ganhou atenção internacional por meio das Nações Unidas, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, que resultou em metas ambiciosas para contermos os impactos gerados pelas indústrias e sociedade.

O sector vitivinícola de Portugal é um agente de desenvolvimento económico importante para o país e dentro deste universo, a empresa Sogrape Vinhos, ganha destaque pela sua dimensão e vasto portfólio de produtos. Fatores combinados, despertaram o interesse em destacar esta empresa e o seu posicionamento em relação à sustentabilidades e medidas voltadas para dois ODS, o 08 que se refere ao trabalho digno e crescimento económico e o 12, com a temática produção e consumo sustentáveis.

Assim, o estudo de caso permitirá ilustrar a importância da sustentabilidade para saúde financeira e ambiental promovida pela empresa. Esta Dissertação de Mestrado pretende debruçar-se sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, com destaque para os ODS 08 e 12 e realçar a importância do sector vitivinícola para a economia portuguesa, tendo sido realizada uma revisão da literatura relevante sobre o tema.

Palavras-chaves: Desenvolvimento sustentável; ODS; sector vitivinícola; Sogrape Vinhos

Abstract

The Portuguese wine sector has great prominence for the economic value it provides and for the social role it represents, enriching Portugal's culture and history. Even though the country has a small territorial dimension, it is among the main producers and consumers of wine in the world. Portugal represents the category of old-world producers, with millenary techniques of improvement in the production process. At the same time, it draws attention to the environmental pressures that companies, especially in the agricultural sector, have been suffering in recent years. The concept of sustainable development has been improved over the

years, gaining international attention through the United Nations with the Sustainable Development Goals - SDGs, which resulted in ambitious targets to contain the impacts generated by industries and society.

The wine industry in Portugal is an important agent of economic development for the country and within this universe, the company Sogrape Vinhos stands out for its size and vast product portfolio. These factors combined, aroused the interest in highlighting this company and its positioning in relation to sustainability and measures aimed at two SDGs: 8, which refers to decent work and economic growth, and 12, with the theme sustainable production and consumption.

Thus, the case study will illustrate the importance of sustainability for the financial and environmental health promoted by the company. This Master's Thesis aims to focus on the concept of sustainable development, with emphasis on SDGs 08 and 12 and to highlight the importance of the wine sector for the Portuguese economy, having carried out a review of relevant literature on the subject.

Keywords: sustainable development; SDGs; wine sector; Sogrape Vinhos

Lista de siglas

a.C – Antes de Cristo
AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
BRC – *British Retail Consortium*
CVRA – Comissão Vitivinícola Regional Alentejana
DMC – Consumo Interno de Materiais
FVCSP – Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal
GRI – *Global Reporting Initiative*
HACCP – *Hazard Analysis and Critical Control Points*
HI – Hectolitros
IEFP – Instituto do Emprego e da Formação Profissional
IFS – *International Food Standard*
INE – Instituto Nacional de Estatística
IOBC – *International Organization for Biological Integrated Control*
IVV – Instituto da Vinha e do Vinho
JNV – Junta Nacional do Vinho
MTSSS – Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OIV – Organização Internacional do Vinho
ONGD – Organizações não Governamentais para o Desenvolvimento
ONU – Organização das Nações Unidas
PIB – Produto Interno Bruto
UE – União Europeia
UNRIC - Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental
WAWWJ – *World Association of Writers and Journalists of Wines and Spirits*

Lista de figuras

Fig.1: Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

Fig.2: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Fig.3: Pegada Material Per Capita

Fig.4: Disponibilidade de Indicadores dos ODS para Portugal

Fig.5: Regiões Vitivinícolas em Portugal

Fig.6: Evolução da Produção Mundial de Vinho - Milhões de Hectolitros

Fig.7: Área de Superfície de Vinha em Portugal

Fig.8: Evolução da Produção Total por Região Vitivinícola – Em Volume (hl)

Fig.9: Evolução Mundial do Consumo de Vinho (milhões de hl)

Fig.10: Balança Comercial Portuguesa de Vinho (Milhares de Euros)

Fig.11: Número de Inscrições Ativas por Atividade Económica e Por Região Vitivinícola

Fig.12: Rotas dos Vinhos em Portugal Continental

Fig.13: Volume de Negócios em Percentagem

Fig.14: Colaboradores por categoria profissional, por faixa etária e género. Sogrape Vinhos (31 de dezembro de 2017)

Índice

Introdução	1
1. Enquadramento teórico	2
1.1 Desenvolvimento Sustentável	2
1.2 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS	4
1.3 ODS 8 e 12.....	8
1.4 Portugal e a Agenda 2030	9
1.5 Contexto em Portugal	11
2. Setor Vitivinícola de Portugal	14
2.1 A história do setor vitivinícola de Portugal.....	14
2.2 Os principais indicadores do setor em Portugal	16
2.2.1 A produção.....	17
2.2.2 O consumo	20
2.2.3 A exportação	22
2.2.4 A geração de empregos	24
3. Sogrape Vinhos	26
3.1 De Portugal para o mundo	27
3.2 Estratégia de sustentabilidade	28
3.3 Ações direcionadas ao ODS 08.....	31
3.4 Ações direcionadas ao ODS 12.....	33
4. Conclusões	35
Referências Bibliográficas	38

Introdução

O sector vitivinícola sempre teve um papel importante na economia portuguesa, mesmo o país sendo de pequena dimensão territorial, consegue figurar entre os principais atores deste mercado. Segundo a AICEP Portugal (2018), Portugal figura na décima primeira posição no ranking de produtores e oitavo maior exportador no cenário mundial. Além do benefício económico e riqueza cultural que representa, o setor pode estar ameaçado devido às alterações climáticas e até comportamentais dos indivíduos que comprometem o desenvolvimento sustentável.

A necessidade de dissertar sobre ações que contribuam para o desenvolvimento sustentável, parte da ideia de que a sociedade muda seu comportamento, muito em função da introdução de novas tecnologias, inovação e conceitos. Uma transição na forma de pensar e agir, que reflete em políticas públicas, por meio de medidas tentativas de desacelerar o impacto ambiental provocado pelo homem.

Esta transição de pensamento é refletida neste trabalho por meio dos ODS, que foram uma releitura dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio – ODM, considerando um contexto mais evoluído, tanto de pensamento quanto de tecnologias, acrescentando novas ações e metas para que a humanidade como um todo mitiguem estes impactos até 2030.

Para isso, o principal objetivo desta dissertação de mestrado é aprofundar o conceito de desenvolvimento sustentável, por meio de uma revisão da literatura sobre o tema e, para chegar em alguma consideração, como o cenário internacional trabalha em torno da sustentabilidade, nomeadamente pelos ODS8 e 12, seus reflexos na agenda 2030, e como Portugal tem se posicionado em relação as metas estabelecidas. O segundo objetivo é analisar o sector vitivinícola de Portugal e ações que podem contribuir para o desenvolvimento sustentável e socioeconómico de uma nação, destacando a empresa Sogrape Vinhos como estudo de caso, utilizando documentos e relatórios apresentados, bem como uma entrevista estruturada com um especialista da empresa para recolha de informações mais aprofundadas.

O primeiro capítulo apresenta o enquadramento teórico, em torno do conceito de desenvolvimento sustentável, com informações sobre os ODS, agenda 2030 e posicionamento e contexto de Portugal no cenário internacional. O segundo capítulo descreve o sector vitivinícola de Portugal, com contribuições relevantes sobre a sua produção, o consumo, a

exportação e geração de empregos do sector. O terceiro capítulo apresenta um estudo de caso da empresa Sogrape Vinhos, destaque em volume de vendas e em ações em prol da sustentabilidade no mercado nacional e internacional. Por fim, no último capítulo são feitas as considerações finais sobre a indústria do vinho de Portugal e sua contribuição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, tendo como foco as iniciativas e ações no âmbito da empresa Sogrape Vinhos.

1. Enquadramento teórico

Este capítulo refere-se a revisão de literatura acerca do conceito de desenvolvimento sustentável, como um suporte para a análise que será apresentada posteriormente. Apresentam-se o conceito de desenvolvimento sustentável, as origens, objetivos e estratégias dos ODS, um tratamento específico aos ODS 08 e 12, por se aproximarem mais com a problemática desta tese, as ações em torno da agenda 2030 no contexto de Portugal, bem como dados quantitativos do país relacionados à temática.

1.1 Desenvolvimento Sustentável

O mundo vem sofrendo ao longo dos últimos anos sérias modificações ambientais impostas pelo homem, impulsionado pelos avanços da tecnologia e globalização. As alterações podem ser notadas por meio do aumento populacional, uso indiscriminado dos recursos naturais, poluição do ar, queima de combustível fóssil e intensificação da industrialização, dentro outros. Todas essas alterações vêm acarretando mudanças climáticas globais que tem impactado a vida humana na Terra. Problemática essa que justifica uma percepção bem estruturada do conceito de Desenvolvimento Sustentável.

A expressão de Desenvolvimento Sustentável ganha notoriedade por meio do relatório Brundtland, titulado como *“Our common future”*. Fruto de uma solicitação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que originou um documento aprofundando sobre o conceito. Segundo o relatório, o Desenvolvimento Sustentável inclui condições básicas de apoio à vida na Terra, como fornecimento de alimentos e estabilização climática, sendo a própria humanidade, a responsável pelas suas próprias gerações (Ayres, 1995; United Nations General Assembly, 1987), bem como as necessidades essenciais dos pobres do mundo, às quais deve ser dada prioridade absoluta; levando em conta as limitações impostas pelo estado da

tecnologia e da organização social, à capacidade do ambiente para satisfazer as necessidades presentes e futuras (United Nations General Assembly, 1987).

O Desenvolvimento Sustentável foi definido por Mebratu (1988) baseando-se em três sistemas básicos para qualquer processo de desenvolvimento: o sistema de recursos biológicos ou ecológicos, o sistema económico, e o sistema social. Onde cada sistema possui um conjunto de objetivos e sub-metas desenvolvidos pela sociedade humana.

O foco do desenvolvimento sustentável é maximizar, simultaneamente, a realização destes objetivos e sub-metas através destes três sistemas, por meio de um processo adaptativo de *tradeoffs* (Mebratu, 1988, pp. 493-520).

Dernbach (2003) destaca a necessidade de tomada de decisões integrada, como forma de responder as falhas de governação que causam e contribuem para um desenvolvimento insustentável. Isto se relaciona com a operacionalização do desenvolvimento sustentável, que unifica outros princípios e assegura um caminho para o desenvolvimento mais sustentável. Dentre os princípios contidos na esfera do desenvolvimento sustentável, a tomada de decisão integrada é talvez o princípio mais facilmente traduzido em leis e instrumentos políticos.

A busca pelo desenvolvimento sustentável exige mudanças nas políticas nacionais e internacionais de cada nação, num mundo frequentemente tomado como referência aos processos de mudança económica e social no terceiro mundo, a integração do ambiente é necessária em todos os países, ricos e pobres. (United Nations General Assembly, 1987, p. 51).

O Desenvolvimento Sustentável também envolve uma transformação progressiva da economia e da sociedade, que percebe a necessidade de seguir um caminho de desenvolvimento que seja sustentável no sentido físico, com a possibilidade teórica de ser prosseguido, mesmo num cenário social e político rígido. A sustentabilidade física, portanto, não pode ser assegurada se as políticas de desenvolvimento não prestarem atenção a considerações tais como alterações no acesso aos recursos e na distribuição de custos e benefícios. Mesmo a noção estreita de sustentabilidade física, implica uma preocupação de equidade social entre gerações, uma preocupação que logicamente deve ser alargada à equidade dentro de cada geração (United Nations General Assembly, 1987).

A Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento de 1992, realizada no Rio de Janeiro, apresentou o desenvolvimento sustentável como o casamento do ambiente

e do desenvolvimento. Com a justificativa que o desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento humano ecologicamente sustentável; inclui, mas não está limitado ao desenvolvimento económico. O conceito de desenvolvimento no desenvolvimento sustentável é entendido internacionalmente para incluir paz e segurança, desenvolvimento económico, e desenvolvimento social ou direitos humanos. Todos estes, em conjunto, são orientados para a qualidade de vida humana, liberdade e oportunidade (Dernbach, 2003).

Um debate mais recente aponta abordagens práticas de desenvolvimento para fazer avançar o bem-estar humano de uma forma sustentável. Discurso este que se tornou um tanto ou quanto dominante e, no processo, os problemas e instituições ambientais globais ofuscaram os problemas locais, e a pobreza no Sul Global tornou-se o problema identificado e a causa da degradação ambiental, em vez de responsabilizar o consumo no Norte Global e as formas como este produz a pobreza. (Sakalasoorya, 2021).

O crescimento económico por exemplo, traz sempre riscos para o meio ambiente, uma vez que coloca maior pressão sobre os recursos ambientais. O desafio é garantir que os decisores políticos sejam guiados pelo conceito de desenvolvimento sustentável e trabalhem em prol de uma agenda que seja de comum objetivo a todos os países, independente do hemisfério que se situa. Uma das boas práticas de políticas de benefício mútuo são os ODS, que veremos a seguir.

1.2 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS

Os ODS, tiveram suas origens nos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio – ODM, listados na Figura 01, que foi uma chamada de orientação global para a redução da pobreza extrema nas suas múltiplas dimensões, para o período de 2000 a 2015. (Woodbridge & Zimmermann, 2015)

A agenda de desenvolvimento proposta pelos ODMs, tiveram êxitos e críticas por parte de especialistas. De um lado o reconhecimento de um movimento internacional sem precedentes contra a pobreza extrema, reduzindo-a em mais de 50 por cento a nível global. Por outro lado, um desequilíbrio no progresso das metas estabelecidas tanto regionalmente quanto tematicamente. Consequência de uma abordagem fragmentada adotada pelos países, que optaram em se envolver em apenas alguns objetivos e de terem sido aplicado apenas a países do Sul global, dando caráter a uma plataforma que foi imposta aos países em desenvolvimento pelos mais desenvolvidos. (Woodbridge & Zimmermann, 2015)

A introdução dos ODM, aconteceram em setembro de 2000, na Cimeira do Milénio da ONU, onde a Assembleia Geral da ONU adotou a Declaração do Milénio das Nações Unidas, que reforçava a ideia de criação de uma parceria global para reduzir a pobreza extrema. Esta foi a primeira estratégia global de sempre com objetivos quantificáveis a serem estabelecidas pelos Estados membros das Nações Unidas e também pelas principais instituições mundiais de desenvolvimento (Woodbridge & Zimmermann, 2015).

Figura 01 - Objetivos de Desenvolvimento do Milénio



Fonte: Foto (UCCLA, n.a)

A transição dos ODM para ODS, começa a ser percebida, durante a Cimeira Rio+20, em junho de 2012, onde o então Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-Moon, emitiu um relatório recomendando que o mundo adotasse um conjunto de ODS. O conteúdo destes objetivos centrava-se em duas considerações: prioridades globais que necessitam de uma participação ativa do público mundial, enfoque político e medição quantitativa; e lições dos ODM, especialmente as razões dos seus sucessos, e correções de algumas das suas deficiências mais importantes (Sachs, 2012).

A transição para os ODS mantém o trabalho temático sobre a erradicação da pobreza visado pelos ODM, mas refletem uma perspetiva mais abrangente sobre os ODM internacionais, desenvolvimento e sustentabilidade da vida humana na Terra. Além disso, fornece um conjunto de metas e progressos integrados com indicadores, indicando o progresso da Agenda 2030, por meio de agendas de desenvolvimento e políticas nacionais dos Estados membros da ONU e as suas cooperações internacionais até 2030. (Woodbridge & Zimmermann, 2015)

Os ODS focam-se em 17 áreas, listadas na Figura 02, que afetam a qualidade de vida da sociedade atual e das futuras gerações. São ao todo 17 objetivos, com 169 metas e 230 indicadores globais, onde as grandes áreas gerais focam-se: nas pessoas – referente a erradicação da pobreza e fome, da produção da dignidade e da igualdade; no planeta –

referenciando o consumo e produção sustentável, combate à alteração climática e gestão de recursos humanos; na prosperidade – no que concerne à realização pessoal e progresso econômico e social; na paz – representada por sociedades justas e pacíficas; e nas parcerias – relativamente à integração transversal, à interconexão e à mobilização conjunta em benefícios dos mais vulneráveis. (BCSD Portugal, 2022).

Figura 02 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Foto (Nações Unidas Brasil, 2022)

A ideia dos ODS ganhou rapidamente destaque devido a crescente urgência do desenvolvimento sustentável para o mundo inteiro já que quase a maioria das nações reconhecem a necessidade de uma combinação de desenvolvimento económico, sustentabilidade ambiental e inclusão social, mas os objetivos específicos diferem globalmente, entre e dentro das sociedades (Sachs, 2012).

Por exemplo, a tecnologia para a revolução verde tem sido percebida no mundo todo, com a criação de campos e aumento da produtividade dos cereais para alimentação humana e animal. No entanto, se consideramos o milho produzido nos EUA, por exemplo, parte da produção tem sido desviada para o biocombustível. Isto reflete na pressão para o aumento da produção de cereais e ameaça a destruição de habitats naturais, alterações climáticas, stress hídrico, aumento da poluição por fertilizantes, redução da biodiversidade, e entre outros. Por fim, os aspetos sociais, podem sofrer efeitos profundamente desestabilizadores, pois os aumentos acentuados dos preços dos alimentos ameaçam empurrar centenas de milhões de pessoas para a fome crónica. (Sachs, 2012)

Outro conjunto de desafios envolve a inclusão social mais justa nas economias mundiais. Como o mundo tem tropeçado no período intenso da globalização desde 1980, juntamente com o advento da era digital, as desigualdades de rendimento dispararam. As disparidades de

rendimentos entre os trabalhadores com e sem formação superior aumentaram acentuadamente. Os salários dos trabalhadores altamente qualificados e bem treinados cresceram substancialmente, enquanto os ganhos dos trabalhadores menos qualificados com menos anos de educação tenderam a diminuir. (Sachs, 2012)

De acordo com o Guia de Desenvolvimento Sustentável elaborado pelo Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental - UNRIC, os ODS tratam-se de uma agenda alargada e ambiciosa que aborda várias dimensões do desenvolvimento sustentável (social, económico, ambiental), que promove a paz, a justiça e impulsiona a eficácia nas instituições. (UNRIC, 2016)

O documento exalta a importância dos meios de implementação, dos recursos financeiros às tecnologias de desenvolvimento e transferência de capacitação. Sugere a transferência de responsabilidade para os governos dos países, exigindo novas parcerias e solidariedade internacional. Traz a ideia de que todos temos um papel a desenhar e mensurar regularmente, por cada país, envolvendo os governos, a sociedade civil, empresas e representantes dos vários grupos de interesse. Onde um conjunto de indicadores globais, são compilados num relatório anual (UNRIC, 2016).

Referente a Agenda 2030, o relatório das Nações Unidas, “*Transforming our world: the 2030 agenda for sustainable development*” relata o comprometimento dos líderes mundiais numa acção comum com intuito de unir esforços em prol de uma agenda política vasta e universal. Traz o conceito da cooperação *win-win*, que pode trazer enormes ganhos a todos os países e a todas as partes do mundo. No entanto, cada estado tem, e deve exercer livremente, a plena soberania permanente sua riqueza, recursos naturais e atividade económica. (United Nations, 2015).

A Agenda é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que reforça a paz universal numa maior liberdade e reconhece a pobreza extrema como maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável, sendo, portanto, medidas ousadas e transformadoras necessárias para levar o mundo a um caminho sustentável e resiliente. (United Nations, 2015).

Esta agenda ambiciosa reflete as mudanças no pensamento de desenvolvimento realizado ao longo da última década. Embora os ODM tenham sido deliberadamente concebidos para alcançar alguns resultados específicos, não reconheceram explicitamente que o sucesso dos

resultados dependia em parte de uma combinação de uma série de outros fatores, incluindo o desenvolvimento de infraestruturas, a criação de emprego e o crescimento económico equitativo, para não mencionar os direitos humanos, a boa governação e a paz (Wachenfeld, 2015).

Embora os ODS mantenham o trabalho em torno da erradicação da pobreza propostos pelos ODM, eles sugerem uma perspetiva mais complementar sobre o desenvolvimento internacional e a sustentação da vida humana no planeta. São esses novos objetivos sustentáveis que se propõe a fornecer um conjunto de metas integradas e indicadores de progresso, que serão a chave para o sucesso da Agenda 2030. Pode-se dizer ainda que os ODS orientarão as agendas de desenvolvimento e as políticas nacionais dos Estados membros da ONU e a sua cooperação internacional ao longo dos próximos 15 anos (Woodbridge & Zimmermann, 2015).

1.3 ODS 8 e 12

Dentre os ODS listados para a agenda 2030, o presente trabalho foca exclusivamente nos ODS 08 (Trabalho Decente e Crescimento Económico) e no ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), por se aproximarem da problemática apresentada neste trabalho.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho – OIT, o trabalho digno não é apenas um objetivo, mas um impulso ao desenvolvimento sustentável. O ODS 08, inserido na sociedade, sugere que um número maior de pessoas com empregos dignos reflete num crescimento económico mais forte e inclusivo. É uma matemática relativamente simples, onde quanto maior o crescimento, maior é a geração de recursos para criação de empregos dignos. No entanto, a realidade tem sido largamente negligenciada, por exemplo, na formulação de políticas internacionais antes e depois da crise financeira de 2008. (Organização Internacional do Trabalho, n.d).

A agenda para o trabalho digno da OIT propõe quatro pilares, sendo a promoção do emprego e das empresas, a garantia dos direitos no trabalho, a extensão da proteção social e a promoção do diálogo social, sendo a igualdade de género um tema transversal e são estes os pilares fundamentais para o progresso de toda a agenda para o desenvolvimento sustentável (Organização Internacional do Trabalho, n.d).

As Nações Unidas, trazem ainda a informação do impacto mais recente da pandemia COVID-19 que desencadeou a pior crise económica em décadas, impactando gravemente no tempo de trabalho e nos rendimentos dos indivíduos. A produção global por trabalhador no período de 2015 a 2019, cresceu em média 1.6 por cento ao ano. Em 2020, a produção caiu 0.6 por cento, registando o primeiro declínio desde 2009. (United Nations, 2022).

O ODS 12, remete a uma transição justa para novos modelos de emprego, ocasionado pela evolução dos novos modelos de consumo e de produção. Correlacionam com o trabalho digno para todos, com destaque para empregos verdes, contribuindo para tornar o desenvolvimento sustentável do ponto de vista ambiental (Organização Internacional do Trabalho, n.d). É destaque deste objetivo assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis. Para isso algumas metas foram traçadas, que incluem a redução pela metade do desperdício de alimentos per capita mundial; alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos; e reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso; entre outros. (United Nations, 2022)

Dantas, de Sario, & Donadi (2019) definem a produção sustentável como um termo utilizado para se referir ao uso de alternativas que buscam diminuir os impactos ambientais e sociais ao longo de um ciclo de produção de bens de consumo ou serviços. Podemos dizer que a produção sustentável tenta fazer mais com menos, tentando e buscando melhorar a qualidade de vida, reduzir a degradação ambiental, o desperdício e a poluição.

Se a continuidade das atividades humanas continuarem neste ritmo, precisaremos de 3 planetas para manter o nosso estilo de vida até 2050. Fatores como a degradação e queda de fertilidade dos solos e o uso insustentável da água estão reduzindo a quantidade de recursos naturais disponíveis para produção de alimentos. Ao mesmo tempo, estima-se que a cada ano cerca de um terço dos alimentos produzidos, acaba apodrecendo no lixo, seja nos consumidores ou varejistas ou pela ineficiência logística. (Nações Unidas Brasil, 2016)

1.4 Portugal e a Agenda 2030

No que diz respeito ao contexto europeu, a atual Comissão Europeia (2019-2024) assumiu a sustentabilidade como uma prioridade política do seu mandato e reitera que a Agenda 2030 terá prioridade na elaboração das políticas europeias, seja no plano interno ou externo, implicando em ações concretas em vários domínios, ao nível estratégico, institucional, de mecanismos e instrumentos. (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2020)

Um relatório da Plataforma Portuguesa das Organizações não Governamentais para o Desenvolvimento – ONGD, relata que o ponto de situação nos Estados Membros da UE é bastante diverso, seja na implementação de estratégias específicas, quer na integração dos ODS nos planos setoriais. O envolvimento da sociedade civil na implementação dos ODS é também muito diversificado nos países europeus. Portanto, não existe uma fórmula pronta a todos os países para incorporação e implementação da Agenda 2030, este modelo deve ser aplicado consoante as realidades de cada país e as lições aprendidas. (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2020)

Em relação à Portugal, o país teve uma posição ativa na elaboração da Agenda 2030, em particular nas questões relativas à paz, segurança e boa governação, com destaque para os Estados frágeis, principalmente na promoção e defesa da conservação e utilização sustentável dos oceanos, setor importante para Portugal. O país ainda destacou a necessidade de uma integração da dimensão de Direitos Humanos e de combate às desigualdades, com particular atenção para as questões da igualdade de género. Portugal defendeu, ainda, a necessidade de a Agenda partilhar responsabilidades, seja entre atores públicos ou privados e entre países desenvolvidos ou em desenvolvimento. (Cabaço, Brás, & Motta, 2017)

No que tange as prioridades e estratégias nacionais, a implementação da Agenda 2030 é conduzida de forma abrangente e completa, leva em conta o empenho nacional para o cumprimento das metas, respeita a visão global de promoção do desenvolvimento sustentável e foca nos ODS prioritários à luz da visão estratégica de desenvolvimento do país, consubstanciada, em particular, no Programa Nacional de Reformas. A incorporação da Agenda 2030 em Portugal articula-se por áreas temáticas: pessoas, prosperidade, planeta, paz e parcerias. (Cabaço, Brás, & Motta, 2017)

O ODS 8 enquadra-se na temática prosperidade, impondo que todos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal, garantindo que o desenvolvimento económico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza. Já o ODS 12 alinha-se com a temática planeta, reforçando a ideia de proteger o planeta e sua prosperidade, por meio de padrões sustentáveis de consumo e produção, gestão sustentável dos recursos naturais, combate as alterações climáticas, para atender necessidades presentes e futuras. (Cabaço, Brás, & Motta, 2017)

De acordo com o Relatório Nacional sobre a Implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável de Portugal, elaborado por (Cabaço, Brás, & Motta, 2017), as prioridades estratégicas de Portugal na implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, se materializam nos ODS 4, 5, 9, 10, 13 e 14.

No que tange ao ODS8, Portugal depara com desafios com o combate ao uso ilegal dos contratos a prazo e desigualdades salariais entre homens e mulheres no mercado de trabalho, que se deparam com a situação estrutural de desvantagem das mulheres. Já em relação ao ODS 12, Portugal trabalha para responder os desafios económicos mais recentes, o alargamento da economia circular, em todos os setores de atividade, objetivando a gestão racional dos recursos com particular incidência para os recursos materiais, a energia, a água e o uso do solo, permitindo uma conexão direta entre o desempenho ambiental e socioeconómico. (Cabaço, Brás, & Motta, 2017)

1.5 Contexto em Portugal

Esta subseção apresentará dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística – INE, (2022) de acompanhamento a nível nacional dos indicadores globais disponíveis para Portugal em relação à Agenda 2030. A publicação descreve o comportamento de alguns indicadores dos ODS da lista global das Nações Unidas para Portugal, desde 2015 até ao último ano com informação disponível. Focar-se-á neste trabalho nos indicadores e metas específicos aos ODS 08 e 12.

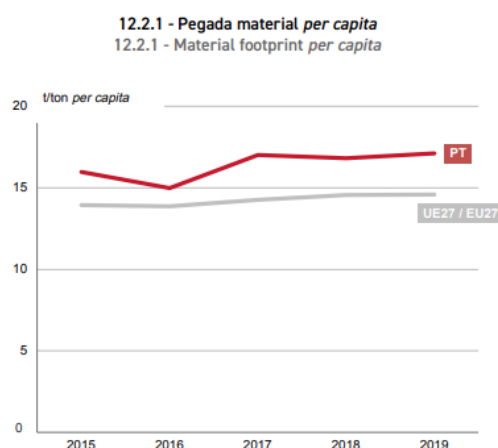
Um importante indicador do ODS 08 é a taxa de variação anual do PIB *per capita*, utilizado para medir a performance de uma economia e suas limitações. Em 2021, o PIB real *per capita* em Portugal, registou um aumento de 4,9% face ao ano anterior, após o decréscimo histórico de 8,5% registado em 2020, reflexo da pandemia COVID-19 sobre a atividade económica. Para este objetivo, a meta estipulada é sustentar o crescimento económico *per capita* de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do produto interno bruto (PIB) nos países menos desenvolvidos. (Instituto Nacional de Estatística, 2022, p. 104)

Um segundo indicador selecionado para análise é a taxa de desemprego. Em termos de média anual, a taxa de desemprego da população dos 16 aos 89 anos foi de 6,6% em 2021, representando 338,8 mil pessoas desempregadas. Em 2021, a taxa de desemprego das mulheres (6,9%) foi superior à dos homens (6,3%) e a taxa de desemprego de jovens (16 a 24

anos) foi de 23,4% em 2021. Para este objetivo a meta até 2030 é alcançar o emprego pleno e produtivo, trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor. (Instituto Nacional de Estatística, 2022, p. 105)

Em relação ao ODS 12, um importante indicador é a pegada material, que representa o peso dos materiais efetivamente consumidos numa economia, convertidos na “unidade primária” que está na origem dos diversos materiais consumidos, considerando ou não, o grau de transformação com que as matérias primas entram ou saem da economia. A pegada material em Portugal foi de 17,1 toneladas per capita em 2019, superior em 3,3% ao DMC¹ (16,6 toneladas per capita). Comparado com a pegada material da UE27 no mesmo ano (14,6 toneladas per capita) e 2,8% superior ao DMC (14,2 toneladas per capita), como mostra na Figura 03. (Instituto Nacional de Estatística, 2022, p. 127)

Figura 03 – Pegada Material Per Capita



Fonte: Foto (Instituto Nacional de Estatística, 2022, p. 127)

Por fim, um outro indicador disponível é a quantidade de resíduos perigosos gerados *per capita*. Este indicador, representa a geração de resíduos perigosos em todas as atividades humanas, seja nas habitações familiares, até na indústria transformadora, principal agente causador deste tipo de poluição ambiental. Estima-se que, em 2020, a geração de resíduos perigosos por

¹ Consumo Interno de Materiais: Mede a quantidade total de materiais utilizada diretamente pela economia. A evolução do DMC é influenciada pela dinâmica das atividades fortemente consumidoras de materiais, como é sobretudo o caso da construção civil, mas também a produção de pasta de papel e a refinação de petróleo. Quando comparado com o PIB, permite avaliar se o crescimento económico é obtido através de um uso mais eficiente dos materiais extraídos do meio ambiente (desmaterialização) ou de uma utilização mais intensa de materiais.

Fonte: INE

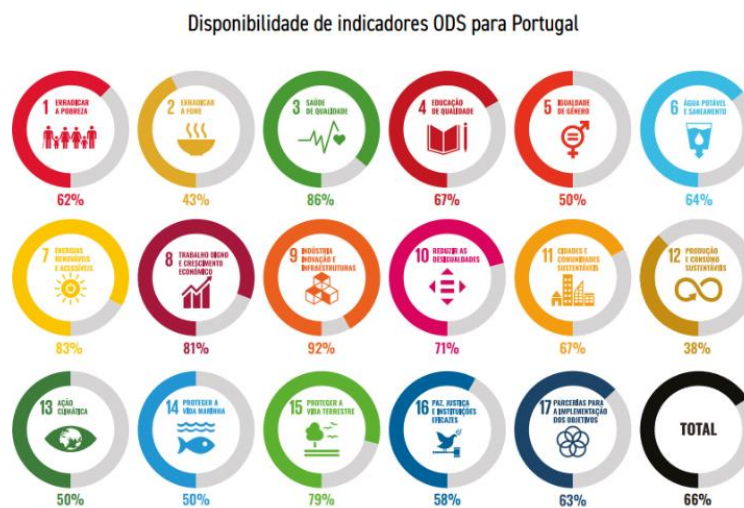
habitante em Portugal tenha ascendido a 90,8 kg/habitante, uma redução de 2,1 kg por habitante em relação a 2019. (Instituto Nacional de Estatística, 2022, p. 129)

Entre os principais resíduos gerados em 2020 destaca-se os resíduos estabilizados e minerais do tratamento de resíduos (25,8%), resíduos químicos (18,6%), resíduos de combustão (9,9%) e lamas de efluentes industriais (7,7%).

A meta deste indicador, posiciona Portugal com algum esforço positivo, visto a redução de resíduos perigosos de 2.1kg por habitante. Destaca-se que a meta estipulada pela ONU em linhas gerais era alcançar a gestão ambientalmente correta dos produtos químicos e de todos os resíduos, ao longo de todo o seu ciclo de vida, de acordo com os quadros internacionais acordados, até 2020. (Instituto Nacional de Estatística, 2022, p. 129)

De acordo com as informações extraídas deste relatório, Portugal apresenta medidas mais concretas para atingir as metas do ODS 08 em relação ao ODS 12. Os indicadores apresentam mais dados relativos à geração ou falta de emprego, por estar enraizado na conjuntura socioeconômica de um país do que garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis. A Figura 04 representa a disponibilidade de indicadores dos ODS para Portugal, um retrato daqueles que fazem parte da estratégia nacional.

Figura 04 - Disponibilidade de Indicadores dos ODS para Portugal



Fonte: Foto (Instituto Nacional de Estatística, 2022, p. 58)

Portanto, como discutido ao longo do capítulo o desenvolvimento sustentável exige um alinhamento entre atores de uma determinada sociedade, que juntos desenvolvam estratégias

de bem comum, como sugerido o modelo de cooperação *win-win*, que beneficia todos os envolvidos, seja na esfera local, nacional ou global. Um ator importante para o desenvolvimento socioeconómico são as próprias indústrias, que ao mesmo tempo que geram desenvolvimento, também contribuem para a degradação ambiental. Veremos à partir do próximo capítulo, como o setor vitivinícola de Portugal se apresenta como um actor importante para o desenvolvimento sustentável de Portugal, resgatando seu histórico, sua importância e sua posição em relação as metas estipuladas pela Agenda 2030 dos ODS.

2. Setor Vitivinícola de Portugal

Neste capítulo, apresenta-se um breve histórico do setor vitivinícola de Portugal com o intuito de destacar a evolução do setor ao longo dos anos. Veremos os principais marcos e instituições que trabalham em prol do desenvolvimento da indústria do vinho no país. Será também apresentado, dados de alguns indicadores, nomeadamente a produção, consumo, exportação e geração de empregos que expressam em números a relevância do setor e correlacionam diretamente com os ODS destacados neste trabalho.

2.1 A história do setor vitivinícola de Portugal

A história do vinho português, remete o período de 2000 a. C. nomeadamente no Reino dos Tartessos aos Celtas Iberos. O Vinho produzido a partir de vinhas plantadas nos vales do Tejo e Sado tinha grande valia como moeda de troca, valorizando a cultura da vinha e o consumo de vinho pelos povos da época. Já sob o domínio dos romanos no século II a. C, a produção do vinho começa a se consolidar em Portugal, grande parte, em função da intensa demanda de Roma pelo produto. Com a fundação de Portugal, em 1143, e a conquista do território português aos mouros, em 1249, as instalações religiosas, militares e monásticas tornam-se ativos centros de colonização agrícola. O vinho passa então a ganhar destaque nas cerimónias religiosas e começa a fazer parte da dieta do homem medieval. (Wines of Portugal, 2022)

A partir do século XV o vinho português se beneficia das exportações com as grandes descobertas marítimas, destaque ao caminho marítimo para Índia e descoberta do Brasil (Oliveira, 2012). Por volta do século XVI, Lisboa como o principal centro de consumo e distribuição de vinho do império, fez com que o vinho português chegasse em todas as partes do mundo. (Wines of Portugal, 2022)

A região do Douro, foi a primeira a ser demarcada em Portugal. O ano era 1756 e a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto do Douro passava a disciplinar a produção e o comércio do vinho desta região. Outras regiões como Madeira, Moscatel de Setúbal, Carcavelos, Dão, Colares e Vinho Verde passam a ter este reconhecimento mais a frente, em 1907. (Wines of Portugal, 2022)

Apesar do crescente desenvolvimento da indústria do vinho, a vinicultura portuguesa sofreu na sua história, crises frequentes resultantes da falta de organização ao nível de produção e comércio. Um dos grandes motivos era a irregularidade das produções, que ora era muito abundante e por vezes muito deficitária. Essa oscilação, impactava diretamente o preço final do produto, que devido a concorrência feroz, não traziam lucro aos produtores. Tornava-se então necessário, criar mecanismos de intervenção de mercado para tentar estabilizar o setor. (IVV, 2018)

A agricultura portuguesa, nesta tentativa de estabilização do setor, viu durante a implementação do golpe de Estado em 1926 e a afirmação do Estado Novo, surgir um plano de governo económico, que ficou conhecido como organização corporativa e de coordenação económica, direcionada aos setores onde se pretendia uma maior intervenção estatal. Esta nova configuração permitiu ao Estado melhores condições de regulamentação, desde a dimensões das empresas às normas de produção, ao preço praticado do produtor ao consumidor final e às condições de exportação. (IVV, 2018)

Em 1933 é então criada a Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal - FVCSP, esta, por sua vez, era uma organização corporativa que detinha grandes meios de ação e crédito para poder retirar do mercado os excessos de produção e armazená-los para anos de escassez substituindo, assim, a especulação e a concorrência por um regime normalizado de preços. Tudo isso, pensado para as exportações, que era constantemente ameaçada pelo colapso e pela queda dos preços. (IVV, 2018)

Em 1937 é criado a Junta Nacional do Vinho – JNV, órgão de coordenação económica com uma orientação mais abrangente de atuação na política de produção e comércio dos produtos vínicos. Entre as principais atribuições, a JNV atuava na defesa económica do pequeno produtor, na regularização dos preços do vinho e na melhoria da qualidade. No que se refere à regularização dos preços do vinho, a JNV dedicou-se na obtenção do preço médio anual resultante do equilíbrio entre a oferta e a distribuição, na evolução das produções e a sua relação

com a produção média anual e no armazenamento das quantidades excedentes nos anos de grande produção, sendo compensadas nos anos de escassez. (IVV, 2018)

Um marco para a economia portuguesa foi a adesão de Portugal a Comunidade Europeia em 1986, conseqüentemente um passo importante para indústria do vinho, que passa a ter uma nova reestruturação dos organismos de coordenação económica, sendo substituída a então Junta Nacional do Vinho, por um novo organismo denominado por Instituto da Vinha e do Vinho (IVV), com objetivo principal uma maior racionalização de serviço pela redução de burocracia, desde o cadastro e condicionamento da cultura, passando pelo controlo da produção até às necessidades de comercialização. (IVV, 2018)

Atualmente, Portugal conta com as Comissões Vitivinícolas Regionais que são associações de direito privado e caráter interprofissional, regidas por estatutos, que são responsáveis pela defesa das Denominações de Origem e das Indicações Geográficas, que desempenham um papel fundamental no desenvolvimento dos vinhos portugueses, estando atualmente reconhecidas e protegidas 31 Denominações de Origem e 14 Indicações Geográficas em Portugal.

Um último marco para o setor vitivinícola foi a criação, em 2010, da marca *Wines of Portugal*, que incorpora os valores e características dos vinhos portugueses, sendo uma marca coletiva e instrumento de comunicação dos vinhos portugueses pelo mundo. (Wines of Portugal, 2022)

O setor vitivinícola português, portanto, tem grande destaque pelo valor económico que proporciona, pelo papel social que representa, enriquece a história e cultura portuguesa, e mesmo com sua pequena extensão territorial, encontra-se entre os principais produtores de vinho a nível mundial, como discutir-se-á a seguir.

2.2 Os principais indicadores do setor em Portugal

A importância do setor vitivinícola é destacada neste trabalho, contudo ainda não foi quantificada. Os números nos permitem uma análise mais assertiva sobre o real impacto deste setor na economia portuguesa, passando por vários canais, desde a produção, o consumo, a exportação e a geração de empregos, que são apresentados a seguir. Todos esses fatores alinhados, nos direcionam para uma posição das ações dessa indústria para contribuir com

as metas dos ODS, relativamente ao Trabalho Digno e Crescimento e Econômico (ODS08) e Produção e Consumo Sustentáveis (ODS12).

2.2.1 A produção

Portugal enquadra-se na categoria geográfica de produtores de vinho do Velho Mundo (em grande parte da Europa Ocidental e do Sul), que se caracteriza pelos métodos de produção já estabelecidos há várias gerações e que não sofreram alterações. (Cunha, Carneiro, & Kastenholz, 2020) Enquadra-se numa região geográfica específica e sua história de produção inclui séculos de tentativas e erros que foram aperfeiçoando suas técnicas vitivinícolas em regiões demarcadas sendo as qualidades de vinho desta categoria, são explicadas com referência ao seu *terroir*: o seu lugar de origem. (Banks & Overton, 2010)

Portugal é um Estado da Europa Meridional, que ocupa uma área total de 92.212 km², faz fronteira a Norte e a Leste com a Espanha, e a Oeste e a Sul com o Oceano Atlântico. O território português conta com duas regiões autónomas: os arquipélagos da Madeira e dos Açores, situados no Oceano Atlântico. O clima é marcado por invernos suaves e verões amenos que varia de região para região. No Norte registam-se temperaturas mais baixas. Ao Sul do Tejo, o maior rio da Península Ibérica, fazem-se sentir as influências mediterrânicas, com verões intensamente quentes e prolongados, e invernos curtos e de pouca pluviosidade. (Portal Diplomático, s.d.)

As condições climáticas distintas em Portugal, proporciona a existência de uma grande variedade de vinha cultivada e, conseqüentemente, de vinhos igualmente distintos. Considerando a grande variedade dos solos, os de boa aptidão agrícola apresentam-se em minoria. A principal razão para tal é a forte erosão dos solos, resultado, tanto das particularidades do clima mediterrânico, como da distribuição irregular de precipitação. As regiões mais próximas da costa sofrem ainda uma forte erosão proveniente da proximidade com o Oceano Atlântico. (como citado por Almeida, 2017, p.26).

Portugal produz uma grande gama de vinhos, isto porque possui significativa variedade de castas (cerca de 250), marcados por características únicas, potencializando a sua competitividade. Apesar de ser um país pequeno em dimensão, Portugal já é o 11º produtor

mundial e o 8º maior exportador, afirmando-se, cada vez mais, como um produtor de “vinhos diferentes” mas de grande qualidade. (AICEP Portugal, 2018)

Conforme a Figura 05, podemos perceber que os países do Velho Mundo, ainda figuram entre os três principais produtores, nomeadamente, Itália, França e Espanha. No entanto, o que chama a atenção é a ascensão dos países produtores no Novo Mundo, puxados pelo Estados Unidos, e destaque ao Chile, que praticamente dobrou a sua capacidade produtiva ao longo dos anos. Portugal, figura na 11ª posição no ranking, com uma produção equilibrada, mas que apresentou um aumento no ano de 2021.

Figura 05 - Evolução da Produção Mundial de Vinho - Milhões de Hectolitros

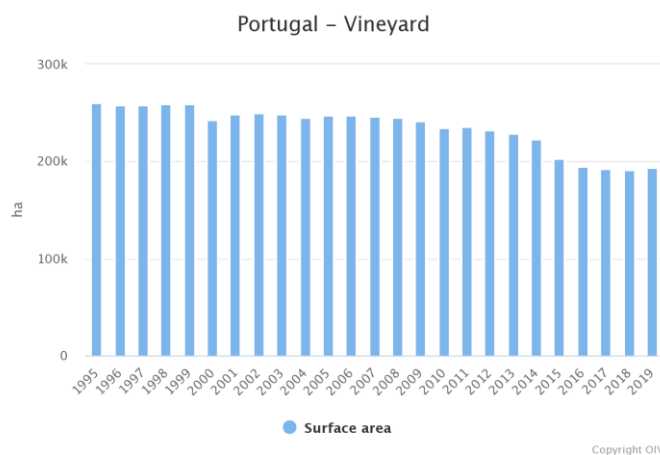
País / Ano	2000	2003	2006	2009	2012	2015	2018	2019	2020*	2021**
Itália	51,6	41,8	52,0	47,3	45,6	50,0	54,8	47,5	49,1	44,5
França	57,5	46,4	52,1	46,3	41,5	47,0	49,2	42,2	46,7	34,2
Espanha	41,7	41,8	38,3	36,1	31,1	37,7	44,9	33,7	40,7	35,0
Estados Unidos	21,5	19,5	19,4	22,0	21,7	21,7	26,1	25,6	22,8	24,1
Argentina	12,5	13,2	15,4	12,1	11,8	13,4	14,5	13,0	10,8	12,5
Chile	6,7	6,7	8,4	10,1	12,6	12,9	12,9	11,9	10,3	13,4
Austrália	8,1	10,8	14,3	11,8	12,3	11,9	12,7	12,0	10,9	14,2
África do sul	6,9	8,9	9,4	10,0	10,6	11,2	9,5	9,7	10,4	10,6
China	10,5	11,6	11,9	12,8	13,5	13,3	9,3	7,8	6,6	ND
Alemanha	9,9	9,2	8,9	9,2	9,0	8,8	10,3	8,2	8,4	8,8
Portugal	6,71	7,34	7,542	5,868	6,327	7,047	6,1	6,5	6,418	7,358
Roménia	5,5	5,6	5,0	6,7	3,3	3,6	5,1	3,8	3,8	5,3
Brasil	3,6	2,6	2,4	2,7	3,0	2,7	3,1	2,2	2,3	3,6

* Dados provisórios
** Dados previsionais

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos por IVV (2022).

Apesar da boa classificação em termos de produção de vinho, Portugal está a perder áreas de vinhas plantadas ao longo dos anos. Como mostra a Figura 06, o país possuía 260,755 milhões de hectares em 1995. Em 2019, o número passou para 194,713 milhões de hectares. (Organização Internacional do Vinho, 2019)

Figura 06 – Área de Superfície de Vinha em Portugal



Fonte: Foto (Organização Internacional do Vinho, 2019)

A perda de área plantada, pode estar relacionada com as alterações climáticas. Segundo (Machado, 2010) as alterações de temperatura ocorridas nas últimas décadas, já estão a influenciar o desenvolvimento da videira, afetando a produção de uvas de qualidade como também influenciando um processo degradativo de erosão e capacidade produtiva dos solos, agravando o fenómeno da desertificação.

Comparando a produção por região, como nota-se na Figura 07, a região do Douro é o grande destaque nesta indústria, seguido da região de Lisboa e Alentejo. O período demarcado, representa um aumento de 1.465.026 milhões de hectolitros produzidos em Portugal.

Segundo a Organização Internacional do Vinho (OIV) e alguns dados estatísticos da IVV, o ano de 2017 teve produção historicamente baixa na Europa Ocidental, resultado das condições climáticas adversas. Comparando a produção em 2017, entre os principais países do Velho Mundo, estima-se que a produção mundial de vinho tenha sido de 246,7 milhões de hectolitros (hl), inferior em 8,2 % em 2016. No Velho Mundo, alguns dados como França (36,7hl), Itália (33,5hl) e Espanha (33,5hl) apresentaram valores inferiores, enquanto a Alemanha (8,1hl) registou uma ligeira queda. Portugal continental, com uma produção de 6,6 milhões de hl. (AICEP Portugal, 2018)

Figura 07 - Evolução da Produção Total por Região Vitivinícola – Em Volume (hl)

Região Vitivinícola	2021/22	%	2019/20	%	2017/18	%	2016/17	%	2015/16	%	2013/14	%	2011/12	%	2009/10	%
Minho	893.694	12,1	816.396	12,5	967.067	14,4	736.430,4	12,2	874.491	12,4	793.417	12,7	823.341	14,6	866.985	14,7
T. Montes	106.029	1,4	118.014	1,8	85.430	1,3	76.548,8	1,3	112.407	1,6	96.615	1,6	102.005	1,8	110.614	1,9
Douro	1.614.569	21,9	1.692.188	25,9	1.448.874	21,5	1.337.201,3	22,2	1.612.670	22,9	1.516.925	24,3	1.329.423	23,6	1.351.949	22,9
Beira Atlântico	180.630	2,5	159.063	2,4	260.668	3,9	195.533,5	3,2	272.680	3,9	255.333	4,1	292.596	5,2	246.705	4,2
Terras do Dão	286.821	3,9	257.481	3,9	312.462	4,6	237.185,6	3,9	342.316	4,9	304.824	4,9	293.537	5,2	297.483	5,0
Terras da Beira	261.418	3,6	255.658	3,9	190.394	2,8	255.818,4	4,2	226.203	3,2	215.783	3,5	184.759	3,3	192.084	3,3
Terras de Cister	65.378	0,9	59.417	0,9	54.052	0,8	69.560,0	1,2	67.052	1,0	64.731	1,0	45.959	0,8	47.872	0,8
Tejo	713.233	9,7	615.736	9,4	648.441	9,6	551.300,4	9,2	611.183	8,7	500.807	8,0	382.276	6,8	544.935	9,2
Lisboa	1.339.162	18,2	987.009	15,1	1.225.840	18,2	998.803,8	16,6	1.202.711	17,1	885.742	14,2	826.666	14,7	962.323	16,3
P. Setúbal	548.124	7,4	503.579	7,7	525.049	7,8	463.034,7	7,7	504.129	7,2	407.853	6,5	308.857	5,5	379.371	6,4
Alentejo	1.289.473	17,5	996.290	15,3	954.910	14,2	1.050.438,6	17,4	1.152.184	16,3	1.127.910	18,1	969.832	17,2	810.338	13,7
Algarve	15.939	0,2	13.926	0,2	15.777	0,2	10.418,7	0,2	13.630	0,2	11.676	0,2	13.150	0,2	23.650	0,4
Sub-total continen	7.314.469	99,4	6.474.757	99,2	6.661.245	98,9	5.982.274,0	99,3	6.991.655	99,2	6.181.615	99,2	5.572.402	99,1	5.834.310	99,0
Madeira	37.612	0,5	38.559	0,6	42.773	0,6	33.848,9	0,6	45.747	0,6	43.136	0,7	38.769	0,7	45.449	0,8
Açores	6.458	0,1	13.246	0,2	5.034	0,1	5.845,1	0,1	10.404	0,1	6.595	0,1	11.192	0,2	13.754	0,2
Sub-total ilhas	44.070	0,6	51.805	0,8	42.908	0,6	39.694,0	0,7	56.150	0,8	49.731	0,8	49.961	0,9	59.203	1,0
Total Geral	7.358.539	100,0	6.526.562	100,0	6.736.772	100,0	6.021.967,9	100,0	7.047.805	100,0	6.231.347	100,0	5.622.363	100,0	5.893.513	100,0

Fonte: IVV, IP

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos por IVV (2022).

Neste quesito, ainda é importante destacar a indústria do vinho, tem trabalhado para desenvolver formas sustentáveis para amenizar este impacto ambiental. Desde o início dos anos 90 o termo viticultura sustentável tem ganhado cada vez mais espaço no cenário nacional e internacional. A OIV, desenvolveu este conceito, como estratégia global de produção e

processamento da uva, combinando sustentabilidade econômica e obtenção de produtos de qualidade, levando em consideração exigências da viticultura de precisão, os riscos relacionados com o ambiente. (Santos, 2018)

No que tange à sustentabilidade na viticultura a OIV, a define como uma estratégia universal na escala da produção de uvas e de sistemas de processamento, acrescentando a sustentabilidade econômica de estruturas e territórios, ocasionando em produtos de qualidade, levando em consideração as ameaças ao meio ambiente, a segurança dos produtos e o bem-estar dos consumidores, além do reconhecimento histórico, patrimonial, cultural, estético e ecológico. (Costa, 2017)

Uma boa prática foi encontrada na Comissão Vitivinícola Regional Alentejana (CVRA), que criou o Programa de Sustentabilidade dos Vinhos do Alentejo, que basicamente fornece seus agentes econômicos uma ferramenta de apoio a nível ambiental, social e econômico, com intuito de aumentar a sustentabilidade do setor vitivinícola. (Santos, 2018)

Nota-se que a produção apesar de ter perdido área de terra plantada ao longo dos anos, conseguiu desenvolver estratégias para manter a sua produção equilibrada. Além disso, a viticultura sustentável, tem vindo a ganhar espaço entre as regiões produtoras de vinho em Portugal, como citado no Alentejo.

2.2.2 O consumo

“No sistema de valores elaborado pelo mundo grego e romano, o primeiro elemento que distingue o homem civilizado dos bárbaros é a convivialidade. O homem civilizado come e bebe não só por fome, para satisfazer as necessidades elementares do seu corpo, mas também para transformar esta circunstância num momento de sociabilidade, num ato carregado de forte conteúdo social com grande poder de comunicação.” (Mota, 2003, p.105)

No que concerne ao consumo de vinho observa-se, *a priori*, que o comportamento e práticas culturais se transformam, expressam tendências e definem trajetórias sociais. O vinho é em muitas ocasiões citado como obra de arte, de forte relevância cultural, com uma linguagem própria, regras, certificações na indústria, práticas e rituais que formam grupos nas diferentes etapas do processo de produção até o consumo. O ato de consumir o vinho é portanto cultural, pois expressa necessidade, possui significados simbólicos, onde o conhecimento é trocado pelo objeto e geralmente partilhados com outras pessoas. (Carvalho, 2020, p. 20)

O consumo mundial de vinho é destacado na Figura 08 e nos permite algumas considerações. Primeiro o declínio do consumo entre os três principais produtores do Velho Mundo (Itália, França e Espanha) e em contrapartida, a ascensão significativa dos EUA seguidos pela China. Ambos grandes mercados com forte atuação na economia internacional. Portugal, de acordo com os dados do IVV, se posiciona na 11ª posição com uma média de 4.8 milhões de hl consumidos do período 2000 a 2019.

Figura 08 – Evolução Mundial do Consumo de Vinho (milhões de hl)

País / Ano	2000	2003	2006	2009	2012	2015	2018 *	2019 **
Estados Unidos	21,2	23,8	26,7	27,3	29,2	30,9	32,4	33,0
França	34,5	34,1	33,0	30,2	28,0	27,3	26,7	26,5
Itália	30,8	29,3	27,3	24,1	22,6	21,4	22,4	22,6
Alemanha	20,2	19,7	20,2	20,2	20,3	20,5	18,4	20,4
China	10,7	12,0	13,0	14,5	17,1	18,1	18,4	17,8
Reino Unido	9,7	11,6	12,7	12,7	12,8	12,8	12,9	13,0
Espanha	14,0	13,8	13,5	11,3	9,9	9,8	10,9	11,1
Federação Russa	4,7	8,7	11,3	10,4	11,3	9,7	9,9	10,0
Argentina	12,5	12,3	11,1	10,3	10,1	10,3	8,4	8,5
Austrália	3,9	4,2	4,6	5,1	5,4	5,5	6,0	5,9
Portugal	4,6	5,3	4,8	4,5	5,0	4,8	5,1	5,0

*Dados Provisórios

**Dados Previsionais

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos por IVV (2022).

Os portugueses lideram o consumo mundial de vinho por habitante. Em 2020, cada português acima de 15 anos consumiu, em média, 51,9 litros de vinho, superando os italianos, que consumiram 46,6 litros per capita. Alguns outros países que completam a lista: França (46 litros), Suíça (35,7 litros), Áustria (29,9 litros), Austrália (27,8 litros), Argentina (27,6 litros), Alemanha (27,5 litros), Suécia (27 litros) e Bélgica (26,9 litros). (Jornal de Negócios, 2021)

O consumo online também ganha destaque em Portugal, segundo (Carvalho, 2020) 83% da população portuguesa está conectada à internet, e desses 65% já realizaram uma compra online, o que transmite uma ideia promissora para o consumo de vinho pelas plataformas digitais. No entanto, ainda segundo este autor, um desafio do consumo digital é a desinformação na classificação dos vinhos por pessoas comuns, sem embasamento teórico ou experiência profissional que lhes permita compreender a complexidade do cultivo das vinhas até a abertura da garrafa. (Carvalho, 2020)

Neste índice enquadra-se o conceito dieta saudável, que remete com consumo responsável do vinho, que alinha na sustentabilidade o ambiente, a proteção do consumidor e o negócio responsável. Esta já é uma preocupação no setor vitivinícola na Europa, e presente em Portugal, por meio do programa “Vinho com Moderação”, uma oportunidade de educar os consumidores de vinho, como parte de uma dieta saudável e garantir um ambiente jurídico e socioeconómico que permita o desenvolvimento sustentável de negócios responsáveis. (Sogrape, 2017)

Referente ao consumo, nota-se que a cultura e história de consumo do vinho estão entrelaçadas com a história de Portugal. O país é líder por habitante em volume consumido e figura na 11^a posição entre os principais consumidores no mundo. O que é importante destacar em termos de sustentabilidade, está alinhado com o consumo sustentável, com práticas educativas para que o vinho seja uma prática saudável para aqueles que o consomem. O conceito descrito acima, já é uma realidade, praticada em algumas regiões e empresas produtoras, como mencionado pela Sogrape Vinhos.

2.2.3 A exportação

A indústria do vinho tem uma elevada relevância estratégica em Portugal, isto porque representa um grande volume de negócios com valor acrescentado, contribui positivamente com o saldo na balança comercial e na manutenção de empregos gerados pela produção das uvas e em todas as atividades relacionadas com a produção de vinho em território português. (Ribeiro, 2016)

Portugal é o oitavo maior exportador mundial de vinho, detendo um por cento das exportações mundiais de vinho, com 747 milhões de dólares faturados a um preço médio por garrafa de 3,51 dólares. Quando comparado o preço médio, o país sobe para sétima posição no ranking entre os principais países produtores de vinho. Ainda assim, o vinho português continua, em muitos dos casos, a estar posicionado num segmento com preço baixo e sem espaço na prateleira. (AICEP Portugal, 2018)

A imagem do país e dos vinhos portugueses melhorou, com reflexo nas exportações, mas o principal desafio do vinho português é conseguir uma perceção de valor que permita o aumento do preço médio. (AICEP Portugal, 2018)

De acordo com a Figura 09, as exportações de vinho português, em 2017, atingiram marcas de 778,7 milhões de euros, traduzindo-se num aumento de 7,6 por cento, valor correspondente a cerca de 55 milhões de euros acima dos valores de 2016. Os dados de 2013 a 2017, demonstram uma balança comercial historicamente positiva.

Figura 09 – Balança Comercial Portuguesa de Vinho (Milhares de Euros)

BALANÇA COMERCIAL PORTUGUESA DE VINHO (MILHARES DE EUROS)										
	2013	2014	2015	2016	2017	Var % ^a 17/13	Var % ^b 17/16	2017 janeiro	2018 janeiro	Var % ^b 18/17
Exportações	720.794	726.285	735.534	723.671	778.766	2,0	7,6	48.592	54.444	12,0
Importações	122.399	125.154	116.755	109.964	134.831	3,1	22,6	9.339	8.813	-5,6
Saldo	598.395	601.131	618.779	613.707	643.934	--	--	39.253	45.631	--
Coef. Cob.	588,9	580,3	630,0	658,1	577,6	--	--	520,3	617,8	--

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística, retirado em AICEP Portugal, 2018, pg 8.

Em 2017, as exportações portuguesas de vinho destinaram-se a 145 países, tendo a França como principal cliente, representando o destino das exportações portuguesas em 14,1 %, seguido do Reino Unido com 10,2% e EUA com 10.1 %. (AICEP Portugal, 2018)

Enquanto produto, o destaque nas exportações fica a cargo do Vinho do Porto, que representou no ano de 2017, 40.1 % do total das exportações. Relativamente ao preço médio, o vinho Madeira teve o maior valor agregado com 6,1 euro/litro, seguido do Porto com 4.8 euro/litro. Outro dado relevante para as exportações foram as 1.296 empresas exportadoras de vinho registadas em 2016, das quais cinco principais representaram 36,7 % do total das exportações. (AICEP Portugal, 2018)

As empresas portuguesas do setor vitivinícola são planeadas para vendas ao estrangeiro, e fazem isto através da união entre várias cooperativas. Esta é uma estratégia de internacionalização, que favorece a competitividade principalmente para as pequenas empresas do setor, pois fortalece o grupo de empresas produtoras a um preço competitivo no mercado internacional. O que não seria possível se fosse um esforço isolado de um pequeno produtor no exigente mercado externo. (Ribeiro, 2016)

De acordo com (Castro, 2017) houve uma evolução crescente no número de empresas no setor de vinho, sendo em 730 em 2012, 758 em 2013, 798 em 2014 e 841 em 2015. Destas 10% das empresas eram responsáveis por 80% das exportações em 2015, evidenciando uma concentração das atividades do setor em poucas e grandes empresas.

A chave do sucesso para o setor vitivinícola português é apostar na constante modernização dos processos de produção para conseguir atender as exigências dos mercados e consumidores. Em relação às exportações, não obstante os grandes avanços que Portugal fez nesta área, o país necessita investir em uma capacidade de conseguir chegar em novos mercados e de aumentar sua presença em mercados já consolidados, uma vez que mais importante que conquistar um determinado mercado é conseguir mantê-lo. (Ramos, 2015)

As exportações portanto, é uma fonte de desenvolvimento económico para o setor e o histórico positivo da balança comercial, nos induz a uma imagem positiva desta indústria para Portugal. Além do volume de negócios gerado, que traduz em geração de empregos e poder de compra, a imagem de Portugal está a se fazer presente em pelo menos 145 países, que pode despertar o desejo do consumidor em conhecer o país e fomentar outras atividades correlacionadas à indústria do vinho, como veremos a seguir.

2.2.4 A geração de empregos

Como visto nos indicadores anteriores, a indústria do vinho está bem-posicionada no que tange a sua produção, consumo e mercado externo. A busca por novos mercados e o fortalecimento das pequenas empresas por meio das cooperativas impulsionam o setor para a geração e manutenção dos empregos existentes.

A Figura 10, remete a pelo menos 12 segmentos de trabalho envolvidos na indústria do vinho, nas 14 regiões demarcadas em Portugal. A atividade com um maior número de empresa é o vitivinicultor, que representa os cultivadores de vinha e produtores de vinho. A região com o maior número de atividade económica ativa é a região do Minho, puxada justamente pela grande quantidade de vitivinicultores. Totas as regiões somadas, contribuem para o desenvolvimento socioeconómico de Portugal com 24.268 empresas ativas em 2021.

Figura 10 - Número de Inscrições Ativas por Atividade Econômica e Por Região Vitivinícola

Atividade	Minho	T. Montes	Douro	Beira Atlântico	Terras do Dão	Terras da Beira	Terras de Cister	Tejo	Lisboa	Península Setúbal	Alentejo	Algarve	Madeira	Açores	Total
Armazenista	965	106	724	366	208	62	18	199	573	197	435	130	2	8	3.993
Destilador	242	53	38	129	122	45	21	35	80	16	17	3	0	3	804
Engarrafador	747	116	991	244	239	79	19	205	422	178	519	78	0	7	3.844
Exportador/Importador	765	115	972	218	256	57	16	182	577	164	465	128	4	5	3.924
Fabricante de Vinagre de Vinho	18	3	9	5	5	0	0	7	4	0	3	0	0	0	54
Preparador	198	23	81	138	38	14	6	33	42	27	55	11	0	2	668
Produtor	580	81	612	121	128	42	6	235	404	127	364	52	0	4	2.756
Vitivinicultor	1.906	59	298	489	133	65	7	701	841	44	115	26	0	7	4.691
Vitivinicultor-Engarrafador	942	65	415	135	128	67	19	130	184	76	118	21	0	5	2.305
Engarrafador sem Estabelecimento	3	0	1	0	1	0	0	1	1	0	1	1	0	0	9
Exportador/Importador sem Estabelecimento	121	20	14	31	16	7	2	16	186	28	21	15	2	1	480
Negociante sem Estabelecimento	209	25	21	53	27	7	3	27	271	46	29	19	2	1	740
Total Geral	6.696	666	4.176	1.929	1.301	445	117	1.771	3.585	903	2.142	484	10	43	24.268

Fonte: IVV, IP (dados em 12/12/2021)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos por IVV (2022).

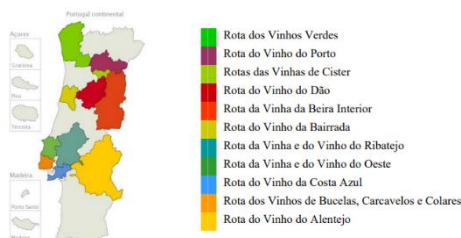
Alguns dados de 2016, ajudam a complementar a análise empregabilística deste setor. Neste ano, o número de empregados eram de 9.538, representando um aumento médio de geração de emprego em 2,7% entre o período de 2012 a 2016. Referentemente à dimensão das empresas, em 2016, 82,6% tinham menos de 10 trabalhadores, 15,4% contavam com 10 a 49 colaboradores, 1,9 % entre 50 e 249 e apenas 0,2 % das empresas deste setor tinham 250 ou mais trabalhadores, que representou naquele ano, uma faturação de 6 mil milhões de euros. (AICEP Portugal, 2018)

Em consonância com a geração de empregos, o setor do vinho impulsiona a atividade do enoturismo, considerado um fenómeno de maior alcance geográfico (Lopez, 2020). Trata-se de um conjunto de atividades organizadas ao entorno dos turistas nas regiões vitivinícolas, conjugando provas, hospedagem, restauração, visitas a caves, adegas, quintas ou desenvolvimento de actividades afins ligadas ao vinho e aos produtos e tradições que determinado “terroir” apresenta. (Vaz, 2008)

O enoturismo tem um impacto positivo nas economias locais ou regionais as regiões vinícolas, que por sua vez, estão se adaptando às necessidades dos turistas, introduzindo inovação nos programas que oferecem. Este investimento, tem originado crescimento nas vendas no comércio, restaurantes e hotéis dessas regiões bem como no emprego nesses estabelecimentos. (Pina, 2010)

Atualmente, existem 11 rotas do vinho, distribuídas por Portugal continental, conforme Figura 11, com especial incidência no interior do país, em zonas consideradas menos turísticas. Estas rotas foram eleitas uma das cinco áreas decisivas para um desenvolvimento sustentável presente no Programa do XVII Governo Constitucional. (Novais & Antunes, 2015, p. 16)

Figura 11 – Rotas dos Vinhos em Portugal Continental



Fonte: Novais, Cristina; Antunes, Joaquim (2015, p. 1268)

Em consonância com o ODS 08, (Vaz, 2008), apresenta a lógica do conceito de desenvolvimento integrado, do local e regional, onde o desenvolvimento não ocorre sem atores, agentes dinamizadores, seja público ou privado, que promovam a melhoria das condições de vida da população, através de um desenvolvimento local, resultando em melhoria dos trabalhos e salários existentes, criação de novos empregos, melhoria na educação, direitos ao lazer, criação de redes de associações e integração social.

A indústria do vinho está inserida de norte a sul de Portugal, e por onde passa, marca presença no desenvolvimento socioeconómico da região. Seja pelas 12 atividades registadas nas 14 regiões de Portugal e também pelo reflexo no enoturismo, o desenvolvimento sustentável cria condições prósperas para as regiões se desenvolverem economicamente de uma forma mais sustentável e com melhores condições sociais para as próximas gerações.

A Sogrape Vinhos, foi selecionada como estudo de caso deste trabalho, pela grande relevância que a empresa representa para o mercado nacional e internacional e por estar presente em várias regiões vitivinícolas, dando-nos uma melhor perceção da contribuição desta empresa no desenvolvimento sustentável regional e nacional. Veremos no capítulo a seguir, como a empresa trabalha em torno do conceito de sustentabilidade e quais as medidas se alinham com a Agenda 2030, nomeadamente os ODS 08 e 12.

3. Sogrape Vinhos

Apresentar-se-á neste capítulo o estudo de caso, Sogrape Vinhos S.A. com dois principais objetivos, o primeiro é apontar a relevância da empresa para a consolidação da indústria do vinho em Portugal e no mundo, em um segundo momento, apontar a estratégia de sustentabilidade desenvolvida pela empresa, verificar se estão alinhadas com as metas da agenda 2030, principalmente no que tange os ODS 08 e 12. Para isso foi conduzida uma entrevista estruturada com quatro perguntas, ao Dr. António Graça, Diretor de I&D, na Sogrape Vinhos. Buscou-se, por meio da entrevista perceber se a empresa utiliza os ODS e metas propostas pela Agenda 2030 como base de atuação em sustentabilidade; se os ODS 08 e 12 são prioridades para a empresa; se a empresa está otimista em relação as metas estipuladas no relatório de sustentabilidade, elaborado em 2017, e qual a perspectiva de divulgação de resultado e qual o principal desafio atual da Sogrape em quesitos de sustentabilidade.

Apresenta-se a análise do relatório de sustentabilidade da Sogrape Vinhos elaborado em 2017, bem como outros documentos relacionados e as transcrições das respostas da entrevista (Graça, 2022) com as respectivas considerações.

3.1 De Portugal para o mundo

A Sogrape Vinhos nasceu em 1942, fruto da vontade e ousadia de um grupo de amigos, que acreditaram na visão de Fernando van Zeller Guedes, fundador da empresa e altamente inovador a sua época, foi o responsável em dar um rumo diferente à empresa e a impor o vinho português nos mercados internacionais. (Sogrape, 2021)

O sucesso da empresa, começa pela criação da primeira marca portuguesa de vinhos global, Mateus Rosé, mundialmente comercializado em mais de 120 países, o produto serviu como impulso de crescimento e afirmação de liderança. Foi o sucesso das vendas do Mateus Rosé, que abriu mercados como Brasil em 1944 e possibilitou a construção da primeira adega da Sogrape em 1962, na Quinta do Cavernelho, em Vila Real. (Sogrape, 2021)

Atualmente, a empresa é liderada pela terceira geração da família fundadora, que segue as honras da geração pioneira, com a proposta de dar conhecimento dos vinhos portugueses ao mundo, de qualidade, com marca presente e capacidade produtiva capazes de atender os variados segmentos de mercado. (Sogrape, 2021)

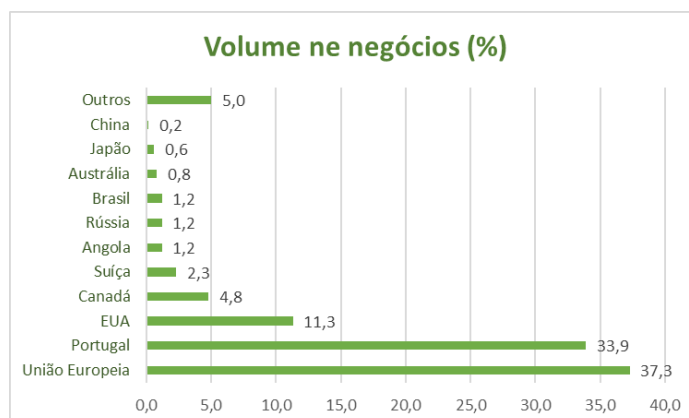
A Sogrape Vinhos tem expandido suas atividades a partir do Douro para as principais regiões vitivinícolas do país. (Sogrape, 2017) Nos dias atuais, a empresa segundo consta em seu website, conta com 1.600 hectares de vinha espalhados pelo mundo, em Portugal (980), na Espanha (154), na Argentina (336) no Chile (163) e na Nova Zelândia (15). Estão ainda presentes em 12 regiões vitivinícolas, 19 adegas, 25 quintas, 1.100 colaboradores e produzem mais de 30 marcas de vinhos. (Sogrape, 2021)

A verdadeira dimensão da Sogrape Vinhos, resulta do peso do seu vasto portfólio, a considerar as marcas mundialmente conhecidas (Mateus Rosé e Sandeman), os prestigiados (Porto Ferreira e Offley), ao mais famoso vinho de mesa português (Barca Velha), que pertence (Casa Ferreira) da região do Douro, (Quinta dos Carvalhais) da região do Dão, (Herde de do Peso) do Alentejo, (Quinta de Azevedo e Gazela) na região dos Vinhos Verdes e o (Grão Vasco). (Ribeiro, 2016)

Desde a sua fundação até os dias que correm, a Sogrape Vinhos exporta os vinhos de seu portfólio, e foi baseado na filosofia de tornar os vinhos portugueses conhecidos no mundo, que tornou seu principal diferencial. Como destaca Ribeiro (2016), a empresa desenvolveu *a priori* canais de distribuição pelo mundo, por meio de representantes locais, mas nos anos 90, a distribuição começa a ser associada por grandes empresas distribuidoras, garantindo mais notoriedade e impulso no volume de produção.

Conforme mostra a Figura 12, o volume de negócios da Sogrape Vinhos em 2017, representava em Portugal 33,9% do volume total comercializado. Apesar de haver heterogeneidade na comercialização para os continentes Americano, Africano, Asiático e Oceânia, a notoriedade do vinho português no mundo, visão inicial de Fernando van Zeller Guedes, foi alcançada.

Figura 12 - Volume de Negócios em Percentagem



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos pelo Relatório de Sustentabilidade da Sogrape, 2017

3.2 Estratégia de sustentabilidade

As empresas, de uma forma geral, são agentes de desenvolvimento económico, precisam rentabilizar lucros de longo prazo, garantindo ao mesmo tempo a geração e manutenção de emprego da região que está inserida. No entanto, devido à limitação de recursos naturais e pressão dos consumidores, as empresas têm buscado formas mais sustentáveis para fornecer ou produzir serviços de qualidade de uma forma mais sustentável, levando em consideração fatores ambientais, económicos, sociais e culturais. (Morgado, 2016)

Não seria diferente com o sector vitivinícola que, mesmo com suas especificidades, tem um papel relevante a exercer. Com a aplicação de práticas sustentáveis, o sector ganha em qualidade das uvas produzidas e, conseqüentemente, dos vinhos produzidos. É importante que

a empresa avalie as estratégias da sustentabilidade de modo a permitir a sua gestão de forma eficaz. (Morgado, 2016)

No que diz respeito à Sogrape Vinhos, a empresa tem preocupado cada vez mais com a sustentabilidade, adotando uma agricultura 100% sustentável em várias quintas que possui. Tal atitude, somada a outras que ainda veremos, permitem a produção de vinhos de ótima qualidade, resultando em premiações importantes como a melhor empresa de vinhos do mundo em 2016 pela *World Association of Writers and Journalists of Wines and Spirits* (WAWWJ). (Morgado, 2016)

A estratégia em sustentabilidade na empresa hoje, se resume pelo Programa Global de Sustentabilidade, um programa que visa o crescimento económico da empresa, alinhado com o desenvolvimento de uma mudança social positiva, que respeita os limites do planeta. Sobre esta questão e por meio de uma entrevista realizada com o Dr. Antonio Graça, foi debatido a importância dos ODS para a estratégia de sustentabilidade da empresa. Segundo o entrevistado:

“Contribuindo ativamente para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, a Sogrape ambiciona o crescimento do negócio, sendo simultaneamente um catalisador de uma mudança social positiva e respeitando os limites do planeta. O Programa Global de Sustentabilidade da Sogrape, lançado em 2021, está estruturado em três pilares de intervenção, sustentados por uma série de compromissos e metas, que orientam a atividade da empresa: Abrir caminho para um Planeta mais saudável; salvaguardar o legado na sua jornada rumo ao futuro e Inspirar vidas mais felizes e mais responsáveis.” (Graça, 2022)

Uma ação adotada recentemente foi a adesão à *UN Global Compact*, uma convocatória para as empresas alinharem as estratégias e operações, com princípios universais que beneficiem os direitos humanos, ambiental, laboral, anti-corrupção e iniciativas que impulsionem e desenvolvam os objetivos de bem comum da sociedade. A Sogrape Vinhos como participante da organização, assumiu o compromisso com os princípios da *UN Global Compact*, na preservação do planeta a médio e longo prazo. (Sogrape Vinhos, 2021)

A Sogrape Vinhos elaborou um relatório de sustentabilidade em 2017, para o período de 1 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, seguindo as diretrizes do *Global Reporting Initiative*

- *GRI*². Sobre este relatório, foi questionado durante entrevista se a empresa estava otimista em relação as metas estipuladas e qual a perspectiva de divulgação dos resultados. Segundo o entrevistado:

“Dos diagnósticos e inventários realizados para o relatório de sustentabilidade de 2017 que apenas respeitou à operação portuguesa do grupo, saíram as ideias que foram agregadas no Plano Global de Sustentabilidade que representa um compromisso a nível de todas as unidades de negócio em todo o mundo, com mais metas ainda mais ambiciosas para os horizontes 2027 e 2042”.

Ainda sobre o relatório, foram definidas quatro prioridades a serem alcançadas para o período 2018-2022, sendo elas assegurar uma produção e consumo sustentáveis, proteger o ambiente e a vida na terra, desenvolver as pessoas e envolver nossos stakeholders. Segundo o entrevistado:

“Relativamente às 4 prioridades definidas em 2017 para 2022 há progressos assinaláveis até ao momento em muitas áreas (autoprodução energética solar, otimização logística, conservação da biodiversidade e ecossistemas, circularização, qualificação e desenvolvimento de colaboradores e fornecedores, promoção da inclusividade etc.). Os inventários serão realizados a partir do próximo ano prevendo-se a sua divulgação oportuna.”

Por fim, foi também questionado o principal desafio atual da Sogrape Vinhos em termos de sustentabilidade. Segundo o entrevistado:

“Conseguir promover a sustentabilidade da cadeia de valor, a montante e a jusante da empresa.”

A empresa, portanto, apresenta uma estratégia transparente em termos de sustentabilidade e é possível perceber as medidas que estão em sinergia com a proposta dos ODS para alcançar as metas da Agenda 2030. Percebe-se também, que por meio das metas estipuladas no Programa Global de Sustentabilidade, algumas ações foram pensadas para contribuir com alguns ODS em específico, como veremos a seguir.

²*Global Reporting Initiative - GRI* é uma organização internacional independente de normalização que ajuda as empresas, governos e outras organizações a compreender e comunicar os seus impactos em questões como as alterações climáticas, os direitos humanos e a corrupção.

3.3 Ações direcionadas ao ODS 08

A Sogrape Vinhos no ano de 2017 registou um número total de 551 colaboradores, sendo 59% homens e 41% mulheres. Deste total, 39% se enquadravam na categoria profissionais qualificados, cuja faixa etária com maior representatividade foram dos 30 aos 50 anos (46%) e a dos >50 anos (45%).

Em 2017, na Sogrape Vinhos, as mulheres tiveram um rendimento média mensal 11% menor que os homens, além do facto de o quadro administrativo não contar com nenhum colaborador do sexo feminino.

Figura 13 - Colaboradores por categoria profissional, por faixa etária e género.

Sogrape Vinhos (31 de dezembro de 2017)

Colaboradores por categoria profissional, por faixa etária e género. Sogrape Vinhos (31 de dezembro de 2017)						
Categoria Profissional	Faixa Etária			Género		Total
	<30 anos	dos 30 aos 50 anos	>50 anos	Mulher	Homem	
Administração	0	2	7	0	9	9
Quadros Superiores	Diretores	0	7	12	4	15
	Chefes de serviço	0	16	12	11	17
	Técnicos	7	37	5	23	26
Profissionais especializados	Chefias diretas	1	10	23	2	32
	Especializados	2	17	16	25	10
Profissionais qualificados	7	100	109	84	132	216
Outros colaboradores (inclui rurais)	32	63	66	78	83	161
Total	49	252	250	227	324	551

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos pelo Relatório de Sustentabilidade da Sogrape Vinhos 2017

Conforme a figura 13, nota-se um número muito inferior de profissionais de faixa etária menor do que 30 anos em contrapartida com o número de acima de 50. Isso pode ocasionar em uma alta saída de profissionais reformados e a indicação de novos entrantes na faixa etária dos 30 aos 50 anos, maior parcela de faixa etária na empresa no período. (Sogrape Vinhos S.A., 2017)

Dado a introdução do quadro de colaboradores da empresa, a estratégia de sustentabilidade em consonância com o ODS 08, se reflete em algumas ações implementadas. É prioridade da Sogrape Vinhos a atração, o desenvolvimento e a retenção de talentos. Para isso a empresa desenvolveu o Projeto de Capital Humano, com a mensagem “as pessoas são nossas uvas” que deu início a um processo de reflexão sobre as práticas e políticas de Gestão de Pessoas em vigor no Grupo. O projeto visou conhecer com maior profundidade a organização e identificar oportunidades de melhoria na gestão de pessoas dentro do Grupo. (Sogrape Vinhos S.A., 2017)

Outro projeto de destaque que está alinhado ao ODS 08 foi o Programa de Formação Avançada, ocorrido entre 2015 e 2016, em parceria com a Universidade Católica. O programa consistia em criar um momento para toda a equipa sensibilizar sobre a importância da formação, do incentivo dos colaboradores para o desenvolvimento do capital humano e do talento. (Sogrape Vinhos S.A., 2017)

Os benefícios também fazem parte do universo de bem-estar do colaborador da empresa, sendo eles seguro de vida, seguro de saúde, fundo de pensões, distribuição de resultados e adiantamentos ao pessoal. A empresa adotou o Plano Flexível de Benefícios, que permitiu aos funcionários a escolha dos benefícios em função das suas necessidades e fase da vida. (Sogrape Vinhos S.A., 2017)

Saúde e Segurança no Trabalho também são prioridades da empresa para com os colaboradores. São adotadas medidas de prevenção, ações de formação e dotação de instalações de dispositivos de evacuação e circulação, importantes em caso de incêndio por exemplo. A empresa no período registou, 49 acidentes, 17 doenças profissionais e 0 óbitos. (Sogrape Vinhos S.A., 2017)

Mais recentemente, a empresa juntou-se ao programa “Reskilling 4 Employment”, uma iniciativa de âmbito europeu, que visa requalificar uma milhão de pessoas em situação de desemprego, até 2025. Em Portugal, será implementada por meio do programa PRO_MOV, que promove o desenvolvimento de competências em áreas com maior procura de trabalhadores qualificados. Sendo liderada por empresas do setor privado como (SONAE, SAP e Nestle) e conta com a participação do Instituto do Emprego e da Formação Profissional - IEFP, em cooperação com o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - MTSSS, além da participação da Sogrape Vinhos, para formação no sector da agricultura. (IEFP, s.d.)

Por fim, ainda referente ao ODS 08, a Sogrape realizou em 2021, o *Walk for Sograpiness*, uma caminhada solidária, direcionada aos seus colaboradores e familiares, com o objetivo de dar vida ao espírito de Amizade e Felicidade da Sogrape, contribuindo assim para um mundo melhor. Foram 200 participantes, 3.138 km e 6.276,00 euros arrecadados para “*The Sustainable Restaurant Association*” uma ONG inglesa, que apoia empresas da indústria alimentar a serem mais sustentáveis. (Sogrape, 2021)

A empresa, portanto, adota medidas que apoiam a promoção e o crescimento económico inclusivo e sustentável, garante o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno aos seus colaboradores. Percebe-se que são criadas iniciativas e oportunidades que geram condições dignas de trabalho para todo o universo de colaboradores. Dois pontos apontados no período que merecem a atenção da empresa. Primeiro a garantia da equidade tanto financeira quanto participativa em relação ao género, visto que há um número maior de homens com melhores salários, em relação as mulheres. O segundo ponto é o baixo número de colaboradores jovens, que pode ser interpretado como pouca oportunidade para jovens iniciando carreira.

3.4 Ações direcionadas ao ODS 12

Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis, é uma tarefa que exige uma abordagem integrada e com alto grau de cooperação, desde os agentes envolvidos na distribuição, o produtor, até o consumidor final. São ações que requerem ainda, competência dos recursos e da energia, das infraestruturas produtivas sustentáveis e acesso a serviços básicos, empregos verdes e apropriados a um melhor estilo de vida. (Instituto Nacional de Estatística, 2022, p. 125)

Na Sogrape Vinhos esse ODS também é uma prioridade, sendo mencionado no relatório de sustentabilidade, um plano de ação elencando alguns objetivos em relação a esta temática, como: garantir a segurança alimentar e qualidade dos produtos, aumentar a prática de produção integrada no *sourcing* de uvas e vinho, reduzir o impacto das embalagens e meios de produção, investir em investigação e desenvolvimento, adaptar a viticultura às alterações climáticas expectáveis em cada região, promover o consumo responsável e aumentar a resiliência geral da organização. (Sogrape Vinhos S.A., 2017)

Referente à segurança e qualidade dos produtos a empresa desenvolveu um sistema de qualidade transversal, executando importantes padrões, especialmente para o setor agroalimentar. Destaca-se ainda a conquista de importantes certificações como o ISO 9001:2008 - Sistema de Gestão de Qualidade, o certificado BRC - *British Retail Consortium* - referencial global para a segurança alimentar, IFS - *International Food Standard* - referencial para produtos alimentares de marca de retalhistas e grossistas, entre outros. (Sogrape Vinhos S.A., 2017)

Sobre a segurança alimentar, a empresa aplica uma metodologia conhecida como HACCP³ – *Hazard Analysis and Critical Control Points*, para a avaliação e estabelecimento de medidas preventivas e de controlo para cada perigo potencial identificado. Nas linhas de cada produto e para cada instalação, existe um plano de HACCP, com a identificação das medidas de controlo e a identificação dos “Pontos Críticos de Controlo”. Estando todos os pontos de controlos, suscetível a uma monitorização com a periodicidade estabelecida para cada caso e seus dados tratados e analisados. (Sogrape Vinhos S.A., 2017)

No que tange as vinhas da Sogrape Vinhos, as mesmas são exploradas em modo de Produção Integrada, fundamentando-se na observação de um conjunto de fatores que se submetem às orientações da IOBC⁴ – *International Organization for Biological Integrated Control*, que fundamenta-se no controle natural dos ecossistemas, no reaproveitamento de nutrientes da exploração, minimização do uso de fertilizantes e manuseio de organismos auxiliares no combate das pragas da videira. (Sogrape Vinhos S.A., 2017)

Um destaque em relação a esta temática é o programa Vinho com Moderação, uma iniciativa de âmbito europeu, com a participação da Sogrape Vinhos, que visa a promoção da responsabilidade no consumo de vinho e a fomentação de uma cultura da moderação. Esta iniciativa é uma oportunidade de proteger o consumidor e o negócio responsável, além de educar os consumidores na cultura do vinho, como parte de uma dieta saudável. (Sogrape Vinhos S.A., 2017) Dentre os objetivos do programa, destaco comunicar um estilo de vida que apela ao consumo moderado de vinho e defender e cumprir as normas europeias em vigor, divulgando-as aos seus distribuidores, clientes e consumidores. (Sogrape Vinhos, 2022)

A empresa também investe em energia renovável por meio de instalações de centrais fotovoltaicas, como forma de gerar capacidade de produção autónoma de energia renovável. São duas unidades que possuem estas instalações, Avintes e Anadia. Estas centrais permitem uma poupança económica significativa, além de reduzir em torno de 600 toneladas das emissões de CO₂ para atmosfera. (Sogrape Vinhos, 2021)

³ HACCP is a management system in which food safety is addressed through the analysis and control of biological, chemical, and physical hazards from raw material production, procurement and handling, to manufacturing, distribution and consumption of the finished product.

⁴ The International Organization for Biological and Integrated Control (IOBC), is an organization, affiliated with the International Union of Biological Sciences (IUBS), organised to promote and study biological pest control, integrated pest management (IPM) and integrated production.

Por fim, uma última iniciativa identificada que se enquadra nesse ODS, e que faz parte da política de sustentabilidade da Sogrape Vinhos, foi a adesão da empresa desde 2010, como membro fundador do Fórum Nacional Álcool e Saúde, onde se comprometeu em criar, a nível nacional, uma plataforma representativa de todas as partes interessadas da sociedade civil se comprometendo em fortalecer as ações importantes para minimização dos danos provocados pelo consumo nocivo do álcool. (Sogrape Vinhos, 2021)

Dessa forma, nota-se que a empresa aplica medidas de sensibilização para uma produção e consumo responsável do vinho, por meio de parcerias com instituições, investimentos em instalações para reduzir os níveis de emissão de CO₂, valorização da produção integrada em prol do ecossistema e aquisições de importantes certificações que qualificam e garante a segurança dos vinhos que são produzidos.

4. Conclusões

Diante das evidências e dos dados apresentados, dissertar sobre a importância do sector vitivinícola para desenvolvimento socioeconómico de Portugal, torna-se indissociável. Trata-se de um sector de extrema importância pois gera empregos, receita, poder de compra, representa o país no exterior e enriquece a cultura portuguesa, atraindo os olhares de turistas e expandindo as oportunidades para outros subsectores, como o enoturismo.

No entanto é preciso fazer isso de forma estruturada e principalmente sustentável. Como apresentado ao longo do trabalho, o desenvolvimento sustentável pode ser considerado de maneira mais direta como o casamento entre o desenvolvimento e o ambiente, onde a humanidade é a responsável pelo uso eficiente dos recursos, como forma de preservar a geração atual e garantir a existência da futura. A tomada de decisão integrada, entre atores nacionais e internacionais, seja na escala pública ou privada, é uma forma evoluída da civilização para compartilhar responsabilidades.

Por meio dessa aliança, grandes resultados são percebidos. Como a elaboração dos 17 ODS, cuja agenda proposta, reflete uma ambição positiva em prol da mudança de hábitos, com medidas ousadas necessárias para levar o mundo a um caminho sustentável e resiliente. Mas dessa vez, com metas quantificáveis, para que cada actor tenha a dimensão de seus impactos e resultados.

Portugal neste contexto é favorável à implementação da Agenda 2030, definiu a sustentabilidade como um eixo estratégico de política pública importante, defende a ideia de compartilhamento de responsabilidades e participou ativamente da construção da Agenda 2030, com destaques para questões relativas à paz, segurança e boa governação. De forma geral, Portugal atua em todos os ODS, como ilustrado na figura 04, com mais ações voltadas Trabalho Decente e Crescimento Económico e do que o Consumo e Produção Responsáveis.

Essas ações integradas exemplificadas pelos ODS, resultam em iniciativas nos sectores estratégicos de cada país. A agricultura em Portugal é uma prioridade, no entanto, estamos a viver constantes alterações ambientais provocadas pelo homem, que impactam a produtividade de um sector tradicional e muito relevante para economia portuguesa, neste caso destacando as atividades voltadas para o cultivo e produção da uva, que depende de uma condição climática favorável para o crescimento das uvas em boa qualidade.

A escolha deste sector se deu em função da importância histórica e cultural para o país, mas também por estar presente em todo o território português e por transcender sua imagem nas mesas de famílias de pelo menos 145 países. Tudo isso, reflete na importância socioeconómica nacional, mas que por se tratar de um sector natural, necessita de um olhar sustentável para a manutenção e equilíbrio desta atividade com os recursos naturais disponíveis.

A indústria do vinho representa uma balança comercial favorável, com destaque para as exportações, ocupando a 11ª posição no ranking mundial, empregam indivíduos em pelo menos 12 segmentos de trabalho e nas 14 regiões demarcadas no país, é destaque no que se refere ao consumo de vinho por habitante e sua produção além de equilibrada, apesar dos fatores climáticos, é motivo de valorização, pois a atividade está inserida de norte a sul continental e nas ilhas autónomas, e enraizada de cultura, que transcende para outros segmentos económicos, como o enoturismo.

Todos esses fatores alinhados, nos direcionam para uma posição das ações dessa indústria que contribuam com as metas dos ODS, relativamente ao Trabalho Digno e Crescimento e Económico (ODS8) e Produção e Consumo Sustentáveis (ODS12). Sem a priorização e iniciativas públicas e privadas, talvez o sector não estaria bem configurado no cenário nacional principalmente.

A Sogrape Vinhos, apesar de não representar a realidade das empresas produtoras de vinho, por ser uma empresa de grande dimensão, com atuação nacional e internacional, é um motivo

de orgulho para indústria nacional. Uma empresa que nasceu de Portugal para o mundo, valoriza seus trabalhadores, investe na produção sustentável, e enxerga nos ODS uma diretriz para implementarem sua estratégia em sustentabilidade. As ações apresentadas no capítulo 03, estão em consonância com os dois ODS discutidos neste trabalho.

Com esta pesquisa, pude perceber, à medida que conversava com especialistas e cidadãos comuns, que o vinho português, é motivo de orgulho para o país. Há crescente preocupação em desenvolver métodos mais tecnológicos e sustentáveis para garantir uma produção ecologicamente correta, o que indiretamente contribui para o alcance das metas da Agenda 2030.

Como sugestão de pesquisas futuras, pude indeficar abertura para a importância de integração Sistemas Inteligentes na produção nas vindimas, isto inclui o monitoramento satélite para controle da temperatura e alteração climática, assim como os veículos aéreos não tripulados, mais conhecidos como Drones. São tecnologias impulsionadas pela inovação, que potencializa a produção das uvas e ajuda a preservar o meio ambiente. Iniciativas foram identificadas pelo Instituto de Sistemas e Robótica da Universidade de Coimbra, por meio do projeto All green, mas que necessita de mais pesquisas.

Uma segunda sugestão de pesquisa foi apontada durante entrevistas com a Sogrape Vinhos, que seria a evasão de mão de obra na produção nas vindimas, justificados pelo êxodo rural. Seria importante nesta pesquisa estabelecer uma relação dos fatores deste fenômeno. Duas linhas de pensamento se sobressaem, seria devido à diminuição de mão de obra no campo, justificada pela implementação de tecnologias e maquinários mais eficientes no campo, ou este perfil de trabalhador estaria sendo atraído por melhores salários e condições de trabalho nos centros urbanos?

Muita dedicação, pesquisa e conversas com especialistas foram realizadas neste trabalho. Terminei esta tese de mestrado com imensa admiração pela cultura portuguesa e em especial a indústria do vinho de Portugal. Vale ressaltar que este trabalho se limitou à apenas dois ODS, de um total de dezessete. Isto devido a limitação de caracteres e por considerar os mencionados, os mais adequados ao desenvolvimento desta pesquisa e que tem efeito nos demais.

Referências Bibliográficas

- AICEP Portugal. (Maio de 2018). Vinhos Portugueses Crescem no Mercado Internacional. *Portugal Global*.
- Almeida, J. (2017). Competitividade e Estratégia de Internacionalização dos Vinhos Portugueses: O Caso do Grupo Sogrape. *Dissertação de Mestrado não publicada, Técnico Lisboa*.
- Ayres, R. U. (15 de September de 1995). Statistical Measures of Unsustainability. pp. 1-17. Obtido de <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.476.8813&rep=rep1&type=pdf>
- Banks, G., & Overton, J. (2010). Old World, New World, Third World? Reconceptualising the Worlds of Wine. *Journal of Wine Research*, 21(1), 57-75.
doi:<https://doi.org/10.1080/09571264.2010.495854>
- BCSD Portugal. (21 de Março de 2022). *Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável*. Obtido de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o BCSD Portugal: <https://www.ods.pt/>
- Cabaço, L., Brás, H., & Motta, G. (2017). *Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. Lisboa. Obtido de Portal Diplomático: https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/images/pdf/politica_externa/15771Portugal2017_PT.pdf
- Carvalho, V. G. (Dezembro de 2020). *Cultura Vínica Online em Portugal, a Relação das Pessoas com o Vinho na Internet*. Tese de Mestrado. Fonte: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/22151/1/master_vinicius_barbizani_carvalho.pdf
- Castro, F. (2017). *Análise das Exportações de vinho português pelo Modelo Gravitacional*. Tese de Mestrado. Obtido em 07 de 2022, de <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/108359/2/226166.pdf>
- Costa, M. (2017). *Pegadas Hídrica e de Carbono, Aspetos Económicos, Sociais e Culturais de um Vinho de Terroir*. Tese de mestrado. Obtido em 07 de 2022, de <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/107128/2/210921.pdf>
- Cunha, D., Carneiro, M., & Kastenholz, E. (2020). "Velho Mundo" versus "Novo Mundo": Diferentes perfis e comportamento de viagem do enoturista? *Journal of Tourism & Development*, 113-128. Obtido em 07 de 2022, de <https://proa.ua.pt/index.php/rtd/article/view/22354/16228>
- Dantas, A., de Sario, L., & Donadi, J. (2019). ODS12 Consumo e Produção Responsável. Obtido em 21 de Março de 2022, de <https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/eventos/bisus/8-consumo-e-producao-responsavel.pdf>
- Dernbach, J. (2003). Achieving Sustainable Development: The Centrality and Multiple Facets of Integrated Decisionmaking. *Indiana Journal of Global Legal Studies*, 10. Obtido em 05 de Março de 2022, de <https://www.repository.law.indiana.edu/ijgls/vol10/iss1/10>
- European Commission. (s.d.). *European Commission*. Obtido em 22 de Março de 2022, de Responsible consumption and production: https://ec.europa.eu/international-partnerships/sdg/responsible-consumption-and-production_en
- Gonçalves, P. (18 de Junho de 2020). *Tempo*. Obtido de <https://www.tempo.pt/noticias/actualidade/como-esta-a-vinha-portuguesa-a-lidar-com-as->

- alteracoes-climaticas-producao-vinicola.html:
<https://www.tempo.pt/noticias/actualidade/como-esta-a-vinha-portuguesa-a-lidar-com-as-alteracoes-climaticas-producao-vinicola.html>
- Graça, A. (12 de 08 de 2022). A indústria do vinho de Portugal e sua contribuição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, o caso do Grupo Sogrape. (T. Teixeira, Entrevistador)
- IEFP. (s.d.). *PRO_MOV Para profissionais em movimento*. Obtido em 18 de 08 de 2022, de <https://www.iefp.pt/pro-mov>
- Instituto Nacional de Estatística. (2022). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030. Indicadores para Portugal : 2015-2021*. Lisboa. Obtido de [www](http://www.inec.pt):
<url:<https://www.inec.pt/xurl/pub/31592402>>. ISSN 2184-2264. ISBN 978-989-25-0603-6
- IVV. (2018). *Instituto da Vinha e do Vinho*. Obtido em 06 de 2022, de História:
<https://www.ivv.gov.pt/np4/272/>
- Jornal de Negócios. (26 de Abril de 2021). *Jornal de Negócios*. Obtido de Portugueses mantêm liderança mundial no consumo de vinho:
<https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/agricultura-e-pescas/vinho/detalhe/portugueses-mantem-lideranca-mundial-no-consumo-de-vinho>
- Lopez, B. (2020). *O ENOTURISMO NO MUNDO E EM PORTUGAL*. Relatório de estágio do Mestrado em Gestão do Turismo e da Hotelaria, Lisboa. Obtido em 07 de 2022, de <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/33268/1/Relatorio%20de%20Est%c3%a1gio%20de%20M-GTH%20-%20Beatriz%20Medina%20Lo%cc%81pez.pdf>
- Machado, C. (2010). *Vulnerabilidade da Região Demarcada do Douro às alterações climáticas e efeitos sobre o ciclo vegetativo da videira. O caso do Moscatel Galego*. Tese de Mestrado. Obtido em 06 de 2022, de https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/19773/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o_Carina%20Isabel%20da%20Silva%20Machado_2010.pdf
- Mebratu, D. (1988). *Sustainability and Sustainable Development: Historical and Conceptual Review*. doi:doi:10.1016/s0195-9255(98)00019-5
- Morgado, A. (2016). *Avaliação da Sustentabilidade de um Vinho Português: Viticultura, Aspectos Económicos, Sociais e Culturais*. Tese de mestrado. Obtido em 07 de 2022, de <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/89357/2/148587.pdf>
- Nações Unidas Brasil. (19 de Agosto de 2016). *Banco Mundial: serão necessários 3 planetas para manter atual estilo de vida da humanidade*. Obtido de <https://brasil.un.org/pt-br/74031-banco-mundial-serao-necessarios-3-planetras-para-mantem-atual-estilo-de-vida-da-humanidade>
- Nações Unidas Brasil. (2022). *Nações Unidas Brasil*. Obtido de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>
- Novais, C., & Antunes, J. (2015). *O contributo do Enoturismo para o desenvolvimento regional: o caso das Rotas dos Vinhos*. Artigo. Obtido em 09 de 07 de 2022, de <https://www.researchgate.net/profile/Joaquim-Antunes->

2/publication/267253794_O_contributo_do_Enoturismo_para_o_desenvolvimento_regional_o_caso_das_Rotas_dos_Vinhos/links/56323d0908aefa44c36806de/O-contributo-do-Enoturismo-para-o-desenvolvimento-regional-o

Oliveira, A. (2012). Vinhos em Portugal antes das regiões demarcadas. *REVISTA DE OCIO Y TURISMO*, 5, pp. 161-178. Obtido de https://ruc.udc.es/dspace/bitstream/handle/2183/12147/ROTUR_5_2012_art_10.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Organização Internacional do Trabalho. (n.d). *O trabalho digno e a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. Obtido em 20 de 06 de 2022, de https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_544325.pdf

Organização Internacional do Vinho. (2019). *International Organisation of Vine and Wine*. Obtido de <https://www.oiv.int/en/statistiques/?year=2019&countryCode=PRT>

Pina, A. (2010). Estratégias de marketing para o enoturismo português. *Journal of Tourism Studies*, 21 - 38. Obtido em 07 de 2022, de <https://recil.ensinulusofona.pt/bitstream/10437/1879/1/2127-7316-1-PB.pdf>

Plataforma Portuguesa das ONGD. (Agosto de 2020). *Portugal e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Obtido de <https://www.plataformaongd.pt/uploads/subcanais2/portugaleaagenda2030paraodesenvolvimentosustentavel.pdf>

Portal Diplomático. (s.d.). *Portal Diplomático*. Obtido de Sobre Portugal: <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/sobre-portugal>

Ramos, E. (2015). *A crescente internacionalização do setor do vinho português: O caso da Adega Cooperativa de Vila Real*. Tese de Mestrado. Obtido em 07 de 2022, de <http://repositorium.uminho.pt/bitstream/1822/39639/1/Emanuel%20Seara%20Pereira%20Ramos.pdf>

(s.d.). *Relatório nacional sobre a implementação da ag.*

Ribeiro, F. (2016). *FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO NA EXPORTAÇÃO DE VINHO PORTUGUÊS: O CASO DA SOGRAPE*. Tese de Mestrado. Obtido em 07 de 2022, de https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/17297/1/Tese_francisco%20%20%282%29.pdf

Sachs, J. D. (2012). From Millennium Development Goals to Sustainable Development Goals. *The Lancet*, 9. doi:doi.org/10.1016/S0140-6736(12)60685-0

Sakalasooriya, N. (2021). Conceptual Analysis of Sustainability and Sustainable Development. *Open Journal of Social Science*, 396 - 414. doi:10.4236/jss.2021.93026

Santos, E. (2018). *Implementação do Programa de Sustentabilidade dos Vinhos do Alentejo na Herdade da Cardeira*. Trabalho de projeto de Mestrado em Agricultura Sustentável. Obtido em 07 de 2022, de <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/25717/4/Projeto%20final%20-%20elisabete%20santos.pdf>

- Sogrape. (2017). *Relatório de Sustentabilidade*. Obtido em 07 de 2022, de https://www.sograpevinhos.com/app/uploads/infofinanceira/rel_suste_2017.pdf
- Sogrape. (2021). *Sogrape no Mundo*. Obtido em 07 de 2022, de <https://sogrape.com/pt/sobre-nos>
- Sogrape. (2021). *Walk for Sograpiness 2021: Apoiar a indústria alimentar*. Obtido em 18 de 08 de 2022, de <https://sogrape.com/pt/case/walk-for-sograpiness-2021-apoiar-a-industria-alimentar>
- Sogrape Vinhos. (2021). *Instalação de Centrais Fotovoltaicas*. Obtido em 22 de 08 de 2022, de <https://sogrape.com/pt/case/instalacao-de-centrais-fotovoltaicas>
- Sogrape Vinhos. (2021). *Sogrape é membro fundador do Fórum Nacional Álcool e Saúde*. Obtido em 22 de 08 de 2022, de <https://sogrape.com/pt/case/sogrape-e-membro-fundador-do-forum-nacional-alcool-e-saude>
- Sogrape Vinhos. (2021). *Sogrape junta-se à UN Global Compact*. Obtido em 12 de 08 de 2021, de <https://sogrape.com/pt/article/sogrape-junta-se-a-un-global-compact>
- Sogrape Vinhos. (2022). *Vinho com Moderação by Sogrape Vinhos*. Obtido em 22 de 08 de 2022, de https://www.infoconsumidor.sograpevinhos.com/vinho_em_moderacao_by_sogrape_vinhos
- Sogrape Vinhos S.A. (2017). *Relatório de Sustentabilidade*. Obtido em 07 de 2022, de https://www.sograpevinhos.com/app/uploads/infofinanceira/rel_suste_2017.pdf
- UCCLA. (n.a). *União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa*. Obtido em 01 de 09 de 2022, de www.uccla.pt/educacao-para-o-desenvolvimento-metas-2015-responsabilidade-social
- United Nations. (21 de Outubro de 2015). *TRANSFORMING OUR WORLD: THE 2030 AGENDA FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT*. Obtido em 10 de 06 de 2022, de https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E
- United Nations. (2022). *Department of Economic and Social Affairs: Sustainable Development*. Obtido em 31 de 08 de 2022, de Progress and info: <https://sdgs.un.org/goals/goal8>
- United Nations General Assembly, D. a.-o. (04 de Agosto de 1987). *Report of the World Commission on Environment: Our Common Future*. Oslo, Noruega. Obtido em 05 de Abril de 2022, de United Nations: <https://digitallibrary.un.org/record/139811#record-files-collapse-header>
- UNRIC. (2016). *Guia sobre Desenvolvimento Sustentável: 17 objetivos para transformar o nosso mundo*. Obtido em 01 de 09 de 2022, de https://www.instituto-camoes.pt/images/ods_2edicao_web_pages.pdf
- Vaz, A. (2008). *O enoturismo em Portugal : da "cultura" do vinho ao vinho como cultura : a oferta enoturística nacional e as suas implicações no desenvolvimento local e regional*. Tese de Doutoramento em Geografia , Lisboa. Obtido em 07 de 2022, de <http://hdl.handle.net/10451/550>
- Wachenfeld, M. (2015). *State of Play: Business and the Sustainable Development Goals: Mind the Gap - Challenges for Implementation*. doi:10.13140/RG.2.2.23954.61123
- Wines of Portugal. (2022). *Wines of Portugal*. Obtido em 6 de Junho de 2022, de História: <https://www.winesofportugal.com/pt/descobrir/historia/>

Woodbridge, M., & Zimmermann, M. (2015). From MDGs to SDGs: What are the Sustainable Development Goals? *ICLEI BRIEFING SHEET*. Obtido de <https://www.local2030.org/library/251/From-MDGs-to-SDGs-What-are-the-Sustainable-Development-Goals.pdf>